

REVISTA

# COMÉRCIO INDÚSTRIA



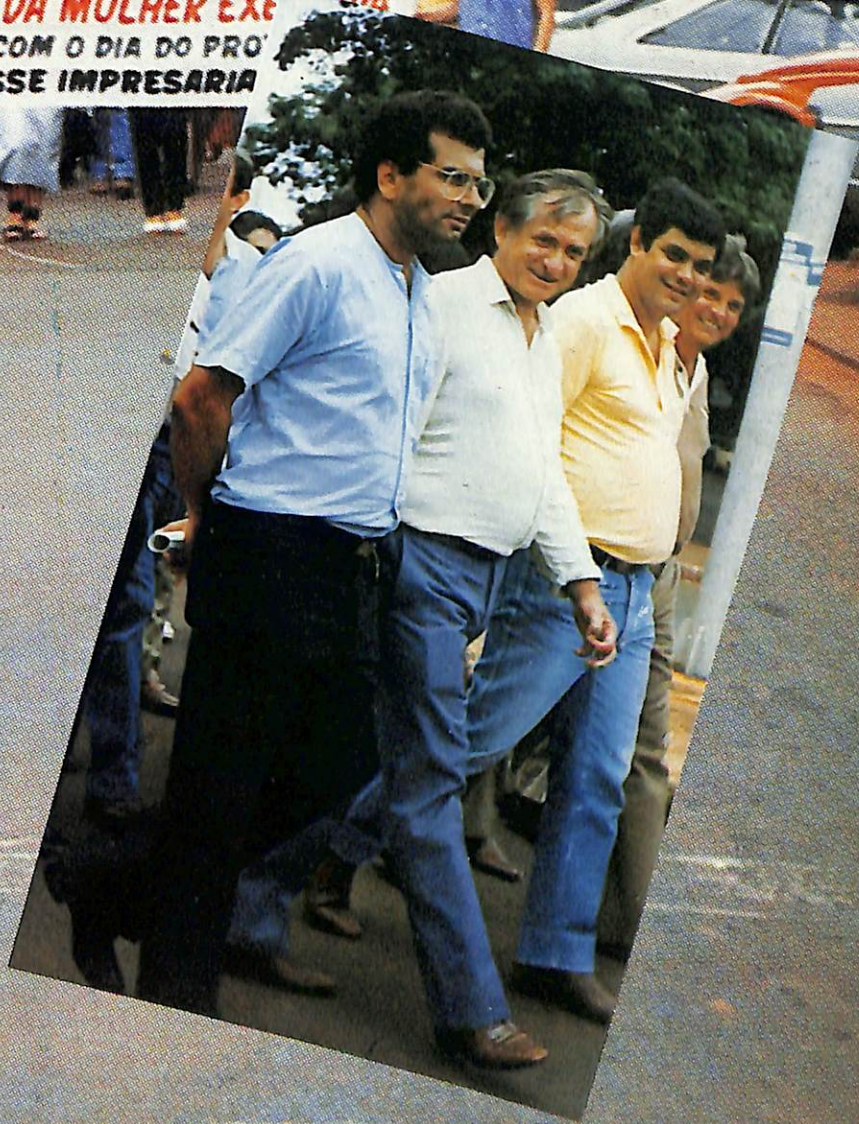
Associação Comercial  
e Industrial de Maringá

ANO 23 - Nº 266  
MARÇO DE 1987

050  
C732  
Nº266 Ano23 Mar1987



**NÃO  
AOS  
JUROS!**





PRECISA-SE DE UM GERENTE

**REVISTA  
COMERCIO  
INDUSTRIA**

Anuncie!

Não deixe seus negócios  
perdidos, escondidos e de cabeça para baixo  
De uma chance a você mesmo...

# PRECISA-SE DE UM GERENTE

Se dermos uma olhadela para os noticiários econômicos dos jornais, revistas especializadas, ou em qualquer outro meio de comunicação, veremos que todos indicam uma infinidade de palavras que são utilizadas para classificar a conjuntura em que vivemos no Brasil: desgoverno, incerteza, transição, recessão, desaquecimento, depressão, contração, descontinuidade, instabilidade, crise, turbulência, realinhamento, ajustamento, reciclagem, constrangimento, estagnação, moratória, pressão, caminhada, movimento, paralização, protesto, greve etc.

Que o país está numa situação extremamente difícil, não é novidade para ninguém, pois é do conhecimento geral. Todos os meios de comunicação que invadem em qualquer hora todas as residências, desde os palacetes com jardins aos mais miseráveis barracos da favela, têm se encarregado de mostrar a precária situação em que se encontra o nosso país.

Infelizmente tudo quanto é noticiado continuamente é verdade e deve ser conhecido e analisado, para se verificar porque chegamos a esta situação. Não temos a menor dúvida, da falta de psicologia, de política econômica, escândalos, nefasta administração pública de âmbito federal e estadual, conflitos de princípios, erros de toda e espécie em todos os setores econômicos e sociais, estes e muitos outros são os elementos que provocaram o lastimável estado de coisas a que assistimos no momento.

Realmente **precisa-se de um gerente para organizar tudo, para planejar este país**, traçando um plano de estabilidade econômica com metas que não sejam demagógicas e conscientizando a todos nós os subalternos.

Precisa-se de um gerente para demonstrar, procurando outra verdade, coberta pelas sombras do silêncio, que precisaria ser alardeada com mais intensidade da verdade negativa que nos oprime como operários, como empregados, como cidadãos brasileiros, infundindo em todos a esperança que a crise que atravessamos pode ser vencida, se a demagogia for substituída por uma gerência competente, criativa e que possa transmitir segurança a todas as atividades econômicas desenvolvidas neste País.

Até chegamos a pensar que o nossos líderes ainda não descobriram e não atentaram para a vastidão de nossos território, "onde se plantando tudo dá", não

## ALCIDES SIQUEIRA GOMES\*



somente as riquezas de nosso solo como também de nosso subsolo tão mal gerenciado, portanto mal explorado, nem tão pouco para a coragem e competência de nossos empresários (ao final de cada período merecem uma taça pela sobrevivência) e trabalhadores, onde com enormes dificuldades com que se defrontam ainda oferecem exemplos magníficos de capacidade gerencial e técnica, competindo vantajosamente com outras empresas sofisticadas existentes no mundo.

No entanto, no palco assistimos a uma luta pelo poder, pelo poder político, pelo poder partidário, ou por quantos anos terá ainda o poder nas mãos. Não devemos esquecer que também nas estatais e paraestatais, o poder e sua estrutura, não importando a que custo, mesmo com a miséria de seus funcionários, há uma verdadeira cultura impenetrável, mais forte até do que muitos ministros ou governos militares. Um esquema de poder de ombro em que convivem malversadores de recursos, como também carecedores de recursos. Como o homem só se satisfaz com o infinito, sendo as estatais e paraestatais, compostas de homens,

tendem a crescer até não mais ser possível cobrar compulsórios, criar subsídios, cruzado, cruzei-ro forte ou outros mecanismos, em geral inócuos. Assim, a vontade política não é forte para controlá-las, afinal é uma fonte inesgotável de empregos e colaboradores.

O interessante de tudo isto é que os nossos líderes tomam atitudes que incentivam as paralizações e manifestações. Foi o que aconteceu no caso dos postos de combustíveis, que por várias vezes se dirigiram por intermédio de seus representantes ao CNP, solicitando reajuste na margem de lucro e por várias vezes receberam um "não". Assim, promoveram uma paralização total no abastecimento e no dia seguinte receberam a notícias de que a margem subira em 70%. Resposta que confirma que através do diálogo não se consegue nada.

Os casos citados servem de exemplos de como este país é gerenciado, ou seja, é pelo poder e não pela competência. Agora o fracasso do plano cruzado, mais que nunca percebemos que as autoridades responsáveis pela política da ciência econômica brasileira, utilizaram diretamente a todos nós como cobrais de seu laboratório político para aplicarem suas formulas experimentais, mal

traçadas e mal gerenciadas, e hoje somos obrigados a confessar como enfermos e maltratados com tantas experiências desgastantes. Esqueceram que um gerente para ser eficiente e eficaz precisa notadamente conhecer bem a história econômica e não passar novamente a revivê-la e a fazer experiências.

Com o poder nem sempre se consegue um bom gerenciamento, mas com um bom gerenciamento não somente se consegue o poder como a confiança dos que são gerenciados.

Esta aí, de volta, a inflação galopante, oriunda da expansão desordenada dos meios de pagamentos, das especulações, dos gastos públicos, das dívidas internas, dos altos juros, da falta de valorização das classes produtoras, enfim dos fatores exógenos da nossa economia de mercado, em que quase sempre não são alcançados, justificam os meios, e para esta correção: **PRECISA-SE DE UM GERENTE.**

\*ALCIDES SIQUEIRA GOMES é economista, advogado, diretor do Grupo Somaco e Presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá, ACIM.

Uma publicação da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARINGÁ  
ACIM -

Fundada em 12 de Abril de 1953  
SEDE PRÓPRIA  
rua Neo Alves Martins, 2321  
Fone 22-1208 - SPC 22-4511  
Telex (0442) 168 - CxP. 1033  
Maringá - Paraná

#### DIRETORIA

Presidente: Alcides Siqueira Gomes; 1º  
Vice: Amorim Pedrosa Moleirinho; 2º  
Vice: Fernando Henriques; 1º  
Secretário: Américo Fernandes; 2º  
Secretário: Simão Hirata; 1º Tesoureiro:  
Carlos Mamoru Ajita; 2º Tesoureiro:  
Fernando F. Ferraz, Diretores Adjuntos:  
Felizardo Meneguetti e Hiram Mora  
Castilho.

#### CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Atair Niero; Membros:  
Abrão Manoel, Álvaro Miranda  
Fernandes, Pedro Granado Mertines,  
Claudio Sandri, Edson Cantadori,  
Francisco Feio Ribeiro Filho, José dos  
Santos Ribeiro, Luis Carlos Masson,  
Manoel Miranda de Jesus, Milton Xavier  
de Mendonça Junior, Odilon Populin,  
Oswaldo Pereira Moço, Oswaldo  
Chiuchetta, Paulo Sérgio Magalhães  
Silva, Raymundo do Prado Vermelho,  
Reginaldo Nunes Ferreira, Rui Manoel  
Raposo Narciso, Shiniti Ueta, Wilson de  
Deus Duarte, Wilson Rodrigues Gatto.

#### CONSELHO FISCAL

Efetivos: Guido Germani, Zaqueu Paiva  
Branco, Luiz Fernando Colombari.  
Suplentes: Damásio do Paraná Barão,  
Fernando Rodrigues dos Santos e  
Gilbert de Almeida Martha.

#### DIREÇÃO GRÁFICA E EDITORIAL

Edmundo Luiz Pacheco

#### PUBLICIDADES

Sandra Maria Calheiros Magro

#### COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Editora Gráfica Clichetec Ltda.  
Fone: 24-9828 - Maringá - PR

Publicação Mensal Dirigida e  
Gratuita.

A Revista Comércio e Indústria não  
se responsabiliza por artigos  
assinados.

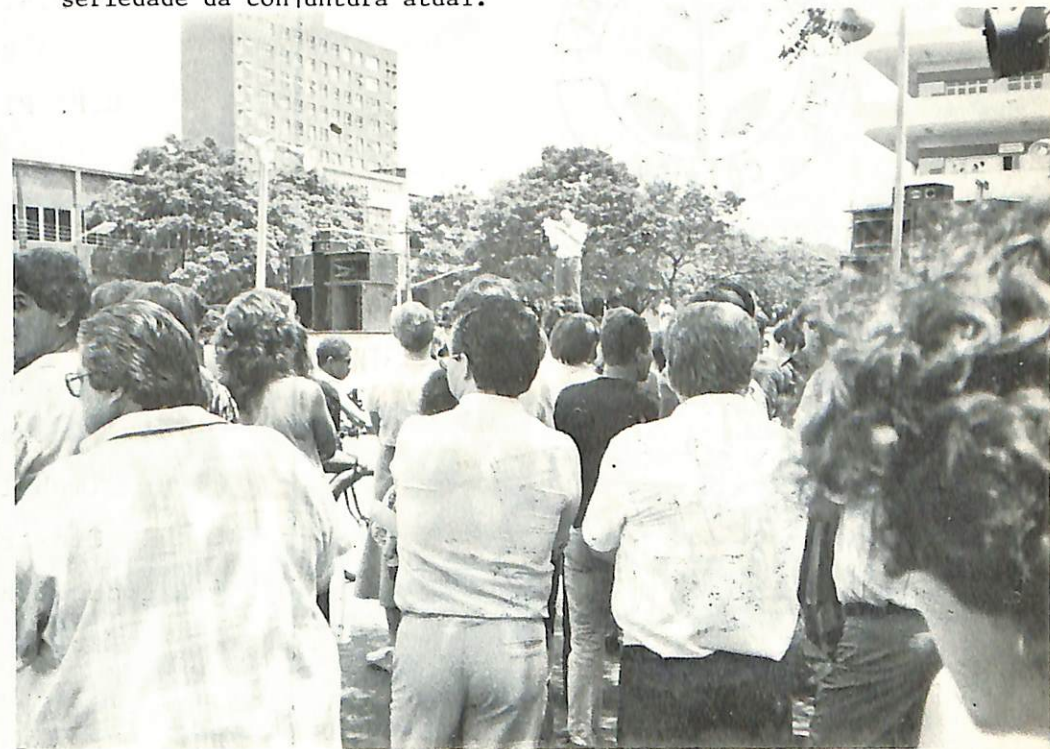
Fechamento da edição dia 25,  
circulação nos primeiros dez dias de  
cada mês.

Cartas para: Assessoria de  
Comunicação Social da ACIM.

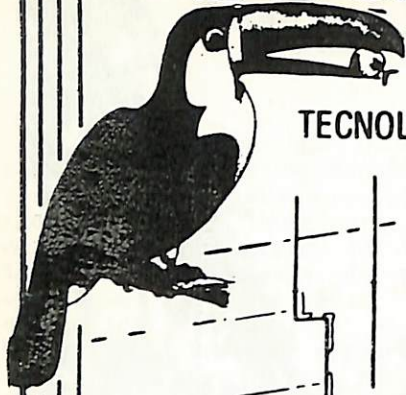


## PROTESTO DOS EMPRESÁRIOS

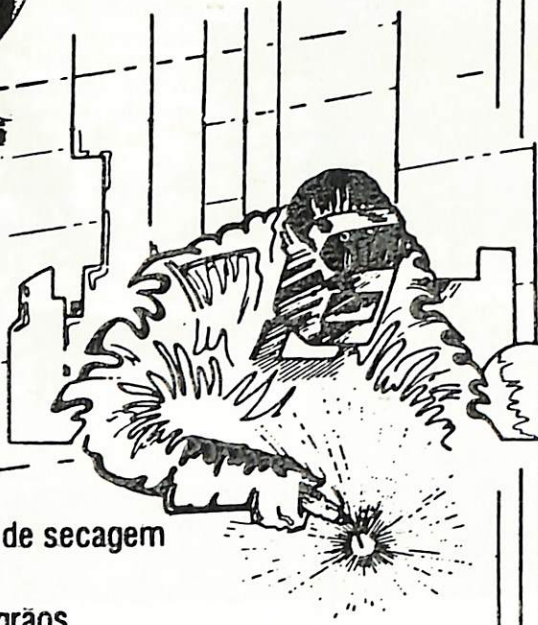
A classe empresarial maringaense, encabeçada pela Associação Comercial e Industrial de Maringá, ACIM, um movimento que ganhou repercussão nacional, objetivando a implantação de uma política econômica coerente e principalmente a queda das taxas de juros, que chegaram à casa dos 30% ao mês. Nesta edição, a Revista Comércio e Indústria faz uma retrospectiva completa do movimento, e mostra com riqueza de detalhes todos os passos dos empresários na realização deste movimento pioneiro e histórico e que conseguiu resultados imediatos, com a queda dos juros (apesar de pequena) e a conscientização dos empresários em geral para a seriedade da conjuntura atual.



# TUCANO



TECNOLOGIA A SERVIÇO



Equipamentos de secagem  
armazenagem  
transporte de grãos  
estruturas e reservatórios metálicos  
prestação de serviços  
e montagem em geral.

Rua Fernão Dias, 680

## COTRIGO COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA



ADUBOS-SEMENTES E INSETICIDAS

SEMENTES DE SOJA, MILHO E TRIGO

FERTILIZANTES



av Paranaval..... 316

★ 24-2065

## NOVOS ASSOCIADOS

Maneti & Cia Ltda.

Ueta Cine Foto Som Ltda

Cooperativa Norte Paranaense  
de Criadores de Coelhos

Monalisa Imóveis

Comércio de verduras Shinnai Ltda

Banco Geral do Comércio S/A

Lloyds Bank P.L.C.

Foliplan Fertilização Vegetal Ltda

Rosimara dos Santos Dilva & Cia Ltda.

Auto Mecânica Ouro Preto Ltda.

Comércio de Materiais para Construção Miosótes

Transportadora Marrossil Ltda

Turbo Diesel Recondicionamentos e Instalações  
de Turbinas Ltda

Star Som Comércio e Instalações Eletrônicas

Valmóveis Com. Rep. de

móveis e eletrodomésticos

Babalu Comércio de Calçados e Confecções

G M Yuki & Cia Ltda

Compasso Imóveis S/C Ltda.

Canção Comércio de Móveis Ltda. - Loja 4

Art Car Comércio de Veículos

J.S. do Carmo & Cia Ltda

Ruy & Miyata Ltda.

C.P. Planejamento Visual Ltda.

S.P. Campos

Banco Brasileiro de Descontos - Mgã Velho

Revisa Assistência Técnica de Veículos

Viçosa Emp. Imobiliários

Capricho Ind. Com. de Confecções

Bazar Água Viva Ltda.

Imobiliária Maringá S/C Ltda

Construtora Cidade Verde Ltda

Algodão Confecções de Algodão e Malhas

Expand Emp. Imobiliários Ltda.

Vidraçaria Brasil Maranata Ltda

Compasso Imóveis S/C Ltda.



O Secretário de Indústria e Comércio do Município participa da caminhada



Os empresários fecharam o centro com sua caminhada de protesto

# GUERRA AOS JUROS

A CLASSE EMPRESARIAL DE MARINGÁ  
REALIZOU MOVIMENTO INÉDITO DE PARALIZAÇÃO  
E PROTESTO QUE SE ESPALHOU  
POR TODO BRASIL

A Associação Comercial e Industrial de Maringá, ACIM, presidida pelo empresário Alcides Siqueira Gomes, detonou, no mês passado, um movimento de repercussão nacional contra os juros altos, em favor de micros, pequenos e médios empresários, conseguindo a adesão de dezenas de entidades, resultados concretos com a queda (apesar de pequena) das taxas de juros, e a atenção de todo País para um problema que até então, apesar de grave, vinha sendo enfrentado solitária e silenciosamente pelos empresários.

O movimento encabeçado pela ACIM foi deflagrado no dia 19 de fevereiro com uma assembléia da classe empresarial maringaense, realizado no auditório Herbert Mayer, sede da entidade, onde decidiu-se pelo seguinte: NA ÁREA ECONÔMICA: a) Pressão diária ao Governo Central, através de telex e ofícios pedindo soluções imediatas; b) Sugerir a todas as entidades de classe do Paraná a agirem da mesma forma enviando telex e ofício; c) Utilização dos meios de comunicação para pressão; d) Out-doors espalhados pela cidade com palavras de ordem contra os juros altos; e) Solicitação ao Governo Central da dilatação de prazos para pagamento de financiamentos (leasings etc). Pedido específico ao Banco Central para

que determine aos bancos privados a renegociação da dívida com os clientes; f) Dia estadual de protesto marcado para 26.02.87, convocação de todas classes produtoras, convocação de uma nova reunião para o dia 20.02 para formação da comissão organizado-



A avenida Getúlio Vargas foi completamente tomada

ra, comunicação a todas as associações comerciais sobre o movimento, convocação da classe política para o dia de protesto, sugestão às federações para que também promovam um dia de protesto, determinação para que cada empresário envie ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda Dilson Funaro e ao Presidente do Congresso, Ulisses Guimarães, telex protestando contra as taxas de juros, entre os dias 23 e 26 de fevereiro e sugestão às federações que façam o mesmo.

Ainda no setor jurídico a Assessoria Jurídica da Associação Comercial foi colocada a disposição dos empresários para análise dos contratos e tomada de posição jurídica em bloco (litisconsórcio). Naquele mesmo dia aderiram ao movimento, além da ACIM, as seguintes entidades: Conselho Permanente da Mulher Executiva, através de sua presidenta, Vera Rother; Sindicato Rural Patronal, através de Anibal Bianchini; Clube dos Diretores Lojistas, Sr. Armando Paula de Souza Bárbara; Sindicato dos Contabilistas de Maringá, Sr. Otavio Bif; Sindicato dos Corretores de

Imóveis, Sr Claudio Sandri; Sindicato dos Condutores Autônomos de veículos automotores, Sr. Osvaldo Gimenes; Sindicato da Indústria e comércio da Construção Civil, sr. Wilson Yabiku; Associação de Microempresas de Maringá, Micromar, Sr. Ercilio Santinoni; Associação dos Supermercados, Sr. Fernando Henriques; Associação dos Produtores de Alcool e Açúcar, Sr. Ricardo Albuquerque Resende; Sociedade Rural de Maringá, Sr. Ermelindo Bolfer e ainda a Coordenadoria das Associações Comerciais do Nortes e Noroeste do Estado, Caciner.

## TELEX ÀS AUTORIDADES

Após decidido em conjunto com toda classe empresarial maringaense, a ACIM, passou a en-



**A praça Raposo Tavares foi pequena...**



**Para tantos descontentes**

viar telex às autoridades competentes, principalmente ao Presidente José Sarney, ao Ministro da Fazenda Dilson Funaro, e ao Presidente do Congresso Ulisses Guimarães, comunicando a tomada de posição, anunciando o protesto e solicitando providências. Veja a íntegra de um destes telex: "A Associação Comercial e Industrial de Maringá, ACIM, Estado do Paraná, em Assembléia Extraordinária, realizada em 19.02, com a presença maciça da classe empresarial, manifestou sua profunda preocupação com a situação delicadíssima que se encontra a classe, ante as exorbitantes taxas de juros ora praticadas pela rede bancária e assentida pelo Governo Federal.

Da assembléia resultaram várias proposições, dentre as quais a gestão junto a V.Exa. no que se segue: 1)- Diante da enorme dificuldade em sanar seus compromissos financeiros, as empresas, principalmente as micro, pequenas e médias, estão assistindo, impotentes, a remessa de seus títulos ao cartório de protesto, uma vez que estão sem liquidez, causado por inúmeros fatores, dentre os quais destacamos: a) queda violenta da demanda de seus bens de consumo; b) Taxas de juros impraticáveis que impossibilitam qualquer operação creditícia; c) Alteração exorbitante e unilateral das bases contratuais, principalmente em contratos de leasing baseados na flutuação da taxa de captação CDBS, taxas estas fixadas pela maior taxa anual média de juros de CDBS.

2) Quando os empresários contrataram financiamentos e alterações de leasing com esta cláusula contratual que determinava o valor da prestação pela taxa de captação, tinham como realidade fatídica, taxas nunca superiores a 3% ao mês, hoje, estas taxas tem atingido a 30% mensais. 3) Pelas razões expostas torna-se impossível o pagamento da prestação de financiamento e aluguel de leasing, motivo porque está acintecendo o inadimplendo e

os bancos enviando os títulos a cartório de protesto. 4) O número de concordatas e falências nesta praça, bem como em todas as demais praças deste País, já se avolumam e o desespero da classe empresarial é latente.

Por estes motivos, exceção, medidas urgentíssimas devem ser tomadas para amenizar o

**NÃO SE TRATA DE UM  
MOVIMENTO BADERNISTA  
MAS DE DEMONSTRAÇÃO  
DE INSATISFAÇÃO**

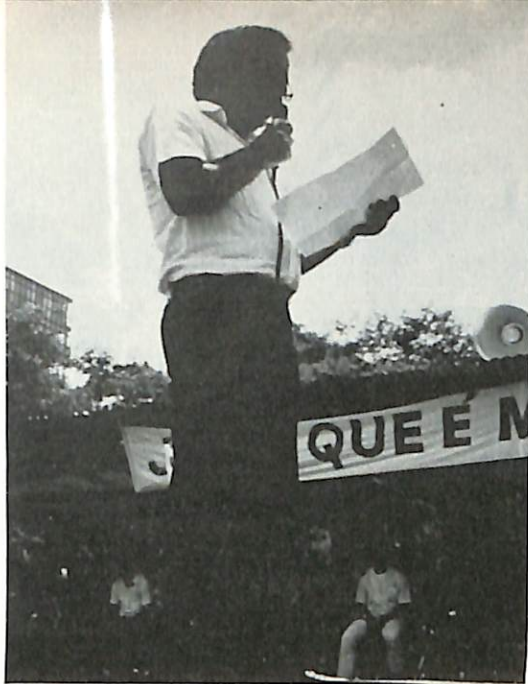
problema, razão porque sugerimos: que o Banco Central, nos termos precedentes já abertos, como recentemente o fez pela circular nº 951, na qual determinou a rede bancária privada a negociação com os sojicultores em razão da frus-

tração da safra, determinando a dilatação de prazos de pagamentos dos financiamentos de custeio e, conseqüentemente, a negociação da dívida, também o faça agora para a classe empresarial, principalmente aos micros, pequenos e médios empresários, determinando a imediata negociação da dívida com os clientes, a sustação dos protestos dos títulos vencidos, determinando ainda que, nos casos de contratos de financiamentos e de operações de leasing que tenham sido feitos pela taxa de captação de CDBS e variação cambial do dólar, seja feita alteração do contrato, para a taxa de variação da OTN, eis que esta ao menos retrata a inflação ocorrida, não estando sujeita às bruscas variações do mercado, tal qual acontece com a taxa de captação dos CDBS e variação cambial.

Em último caso, que determine pelo menos a negociação



**Pela primeira vez empresários em protesto**



Armando Bárbara, do CDL

dos contratos no sentido de dilatar os prazos de pagamentos, a fim de possibilitar uma recuperação do cais dos empresários, tão combalidos neste momento. Cremos, excelência, que somente medidas deste naipe poderão salvar sem números de empresas à beira da falência, além de se constituir em medida de altíssimo cunho social, eis que salvaguardará milhares de empregos.

Precisamos que o governo aja com rapidez e firmeza, pois qualquer ação titubeante determinará o fechamento de milhares de empresas do País. Aguardamos soluções urgentes, pois o momento assim o exige."

#### O DIA DE PROTESTOS

Durante a semana que precedeu ao Dia de Protesto, a Classe Empresarial Maringense, como denominou-se a união das entidades, recebeu várias moções de apoio, de todo Estado: Luiz Carlos Cavalheri, de Campo Mourão; Luiz Felipe e Edmar Cordeiro da Associação de Paranaíba; Vladislau Stepma, da Cooperativa Agrícola de Irati; Luiz Alberto Letti, da Associação Comercial de Capinema; Fauzi Rachid Nasser, da Associação Comercial de Londrina; Alexandre Ceranto, Deputado Estadual; Rubens Carlos Buschmann, da Coordenadoria de Associações Comerciais do Oeste do Paraná; Lindolfo Luiz Silva Junior, Deputado Estadual; Gerson Fernandes Ribeiro, gerente Administrativo de Empreendimentos Sandri; José Lima Garay, Diretor da Casa da Propaganda; ERcilio Santinoni, Presidente da Micromar; Mario Martinucci Filho, Diretor da Organtel; Ernesto Augusto Boetcher, Presidente da Associação Comercial de Toledo; Renato Bernardi, Deputado Federal; e ainda do Governador Alvaro Dias, que inclusive reiterou seu apoio ao movimento e re-



Carlos Previdelli, da ACIM

velou sua participação direta, também enviando telex ao Presidente Sarney.

No dia 26.02, a Classe empresarial distribuiu em toda cidade cartazes com os dizeres: **Fechamos para não parar.** E fechou mesmo. O comércio e a Indústria local aderiu em mais de 80%, fe-

**ESTE É UM MOMENTO HISTÓRICO PARA MARINGÁ**

chando suas portas e indo para a Praça Raposo Tavares, onde foi realizado um ato público seguida de passeata, com participação maciça. não só dos empresários, co-



Alcides Siqueira Gomes, da ACIM

mo também da classe política, inclusive o Secretário de Indústria e Comércio do Município, João Preis.

O ato público da classe empresarial, teve como mestre de cerimônias o Gerente da Associação Comercial, Carlos Roberto Previdelli, que fez um brilhante trabalho, introduzindo no cerimonial um discurso sóbrio e contundente, e encaixando com propriedade a participação de cada manifestante. O discurso de Previdelli, como aconteceu na manifestação, está transcrito na íntegra e intercalado pelos demais discursos do dia:

"A classe empresarial de Maringá está dando uma inequívoca



Empresários participam do movimento



**Alcides Siqueira e empresários**

demonstração de força neste momento.

A presença maciça dos senhores empresários, atendendo ao convite da Comissão Organizadora desta manifestação, demonstra que a classe empresarial está unida e luta pelos mesmos objetivos.

Estamos cansados de suportar o pesado ônus do desgoverno, do descaso que imperam neste país. Por isso é que hoje estamos nos manifestando ordenada e pacificamente, contra os juros altos, contra as dúvidas internas, contra as indefinições do Governo Federal, fatos que vem fazendo com que muitas empresas, principalmente as micro, pequenas e médias, já estejam à beira da falência, ou, o que é pior, muitas delas tenham caído na vala comum dos insolventes.

Não se trata de um movimento badernista, sem fundamentos, sem objetivos. É, pelo contrário, uma demonstração de insatisfação, pois quem cala consente, e nós que produzimos, que geramos empregos, que pagamos tributos, não podemos ficar calados, assistindo a vários de nossos companheiros irem à falência.

O Sr. Presidente da República disse que aqueles que criticam são os inimigos da Nação. Não concordamos com ele, pois nossa crítica tem sido construtiva, pois sempre que protestamos contra alguma situação, oferecemos, juntamente, soluções ao Governo. Soluções estas que tem sido ignoradas, razão por que nos encontramos, nesta difícil situação de agora.?

Companheiros: queremos fazer um breve relato das providências que tomamos e daquilo que até agora nos movimentamos em nome da classe empresarial, mostrando que o que realizamos hoje, não é movimento isolado, mas sim, o fecho de um sem número de rei-



**Linha de frente da caminhada**

vindicações e alertas que fizemos ao Governo Federal.

a) No mês de julho de 1986, quando ainda o governo estava em lua de mel com o povo

**FORJARAM UMA ARMADILHA  
USANDO OS MANUAIS DA  
MÃ FÉ COM AVAL DE  
NOSSA IGNORÂNCIA**

brasileiro, em raão do Plano Cruzado, a classe empresarial de Maringá, através de sua entidade representativa, a Associação Comercial e Industrial, já questionava a validade do Plano Econômico, e em telex enviado às principais autoridades federais, dizia-



**Início da passeata, na praça**

mos que o setor privado era o único que tinha se adaptado à nova realidade econômica, enquanto o setor público continuava sem controle, gastando sem necessidade, erroneamente, aumentando o déficit público e comprometendo a estabilidade do Plano Cruzado.

Fizemos uma avaliação do Plano Cruzado, 120 dias após seu nascimento, no mês de julho e apontamos ao Governo Federal o que deveria ser alterado. Como sempre, não fomos ouvidos.

Já no mês de agosto de 86, convidamos o Ministro da Fazenda, Sr. Dilson Funaro para vir debater com a classe empresarial maringaense o Plano Cruzado, sendo que o mesmo, em vários contatos telefônicos mantidos com a Associação Comercial e Industrial, disse que viria a Maringá,



**O povo, empresários e autoridades, lado a lado, protestando**



Detalhes da manifestação na praça...



Nas ruas de Maringá...

e até agora estamos esperando.

Ainda em agosto daquele ano, o Governo Federal foi alertado que já faltavam vários itens no mercado e isto estava acontecendo em razão da defasagem de preços, sugerimos um descongelamento gradual, um realinhamento

**AS TAXAS DE JUROS  
NÃO PRECISAM SER  
MAIORES QUE A  
INFLAÇÃO**

de preços, para não se perder a condução da economia, e também não fomos ouvidos.

Em setembro de 86, trouxemos a Maringá um dos mais renomados jornalistas econômicos do País, o Sr. Luís Nassif, da Folha de São Paulo e diversos outros órgãos de comunicação para uma análise de seis meses do Plano Cruzado. Aquela época ele já previa tudo o que está acontecendo hoje, tendo esclarecido à classe empresarial de Maringá, sendo que alguns empresários chegaram a achar que a análise era pessimista demais. Hoje vemos que era absolutamente real. Com uma precisão incrível o jornalista Luis Nassif disse em Maringá que imediatamente após as eleições sairia um novo pacote, o Cruzado II, dizendo inclusive qual seria seu recheio.

Em outubro o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá, escreveu artigo, que mereceu destaque na imprensa nacional, sendo publicado em vários jornais do País, intitulado: "As 10 Promessas Não Cumpridas pela Nova República" onde foi retratado uma parte daquilo que o governo prometeu e não cumpriu, tendo isto comprometido completamente o sucesso do Plano Cruzado.

Em novembro quando o governo divulgou o Cruzado II, aumentando os tributos, criando o

compulsório, com intuito de frear a explosão do consumo, a classe empresarial de Maringá, provou em documento enviado ao Presidente da República, que o que acontecia era apenas uma recuperação parcial da economia e não uma explosão do consumo.

Ainda em novembro, quando as taxas de juros atingiam patamares de 6 a 8 por cento ao mês, enviamos telex ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco Central, protestando e pedindo providências urgentes. Não fomos ouvidos.

Agora, quando chegamos a este estado de coisas, que se agravou fortemente nos últimos 60 dias, voltamos a insistir com as autoridades federais para que tomem providências antes que aconteçam falências em massa, desemprego, recessão, instabilidade econômica e política no País.

O Governo, entretanto, continua surdo, cego e mudo, nada



a participação

ouve, nada vê e nada fala, aliás, fala muito, mas nada que seja para melhorar a situação.

Companheiros, dia 19.02, quando fizemos a Assembléia da Classe empresarial na ACIM, até o presente momento, já enviamos 25 telex às autoridades

**ESTAMOS TODOS,  
EMPRESÁRIOS, HOMENS  
DO CAMPO, OPERÁRIOS  
CONDENADOS AO DESASTRE**

federais, ou seja, ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda, ao Presidente do banco Central, ao Ministro da Indústria e Comércio, ao Ouvidor Geral da República, protestando contra os juros altos e apresentando sugestões. Em outros 18 telex pedimos apoio da classe política, ao Governo do Estado, ao Secretário de Indústria e Comércio do Estado, aos deputados estaduais e federais e ainda aos senadores, para nossas reivindicações.

Sugerimos às principais cidades do Paraná que também se manifestassem a respeito da situação atual, tendo recebido o apoio e confirmação de adesão ao movimento das seguintes cidades: Umuarama, Ciranorte, Paranavaí; Mandaguari, Nova Esperança, Andirá, Colorado, Alto Piquiri e Ivaiporã, as quais estão realizando hoje movimentos com iguais características.

Convidamos todos os representantes políticos de Maringá, desde os deputados federais, estaduais, prefeito municipal, vereadores, para estarem aqui presentes, para ouvir nossas reivindicações, somar forças conosco e trabalhar em prol desta causa justa.

Companheiros, isto prova que não estamos de braços cruzados, que estamos lutando pelos



Flagrantes da manifestação nas avenidas de...



Maringá, até com escolta policial

interesses da classe empresarial, que estamos unidos em torno de um só objetivo: Sobrevivier!

Para o movimento que hoje estamos realizando foram colocados na cidade 20 out-doors com os seguintes dizeres: "Desgoverno, dúvidas, juros altos... Não aguentamos mais! Assinado a classe empresarial. As palavras contidas na mensagem exprimem claramente a nossa situação.

Companheiros: quando o governo disse no começo do Plano Cruzado que estava valorizando a atividade produtiva e que derrotava a especulação financeira a população acreditou, e prova disso é que, somente em Maringá, até o mês de setembro de 1986, haviam sido abertas 400 novas empresas. Neste elevado número, grande parte era constituída de senhoras se iniciando na atividade empresarial. A Associação Comercial e Industrial de Maringá, sempre

alerta, criou o Conselho Permanente da Mulher Executiva, para consagrar orientar e engajar as empresárias nesta nova atividade. Hoje, grande parte destas empresas encontram-se em sérias dificuldades por que acreditaram no go-

**ESTA PRAÇA É O  
TESTEMUNHO DO  
QUANTO DESEJAMOS  
UM BRASIL DE JUSTIÇA**

verno. Representando as mulheres empresárias de Maringá, ouviremos a palavra da Sra. Vera Lucia Campos Rother, Presidente do Conselho Permanente da Mulher Executiva da ACIM:

"Hoje vivemos um momento histórico em Maringá.

Nunca na história desta cidade tivemos um movimento empresarial tão forte, tão nítido, tão coeso e ágil.

Não conhecemos outra manifestação tão contundente, uma reunião de empresários unidos a todas as classes na praça pública para abrir seu coração, denunciar sua condição e exigir soluções.

Nunca também nos movimentos empresariais esteve a mulher representada na forma ativa de luta como hoje.

A nossa Associação Comercial de Maringá entendeu nossa condição de mulheres, apoiou a criação do nosso Conselho que vem divulgando, atuando no sentido de integrar as empresárias que assim unidas podem melhor enfrentar as dificuldades redobradas que a nós se sobrepoem. Apesar dos grandes avanços no reconhecimento da importância e dos direitos da mulher ainda temos um longo caminho a percorrer na busca do espaço que historicamente nos está reservado neste país.

No mundo dos negócios e do trabalho a mulher ainda é vista com inferioridade, não como uma titular do time, mas como opção de menores custos e oportunidades.

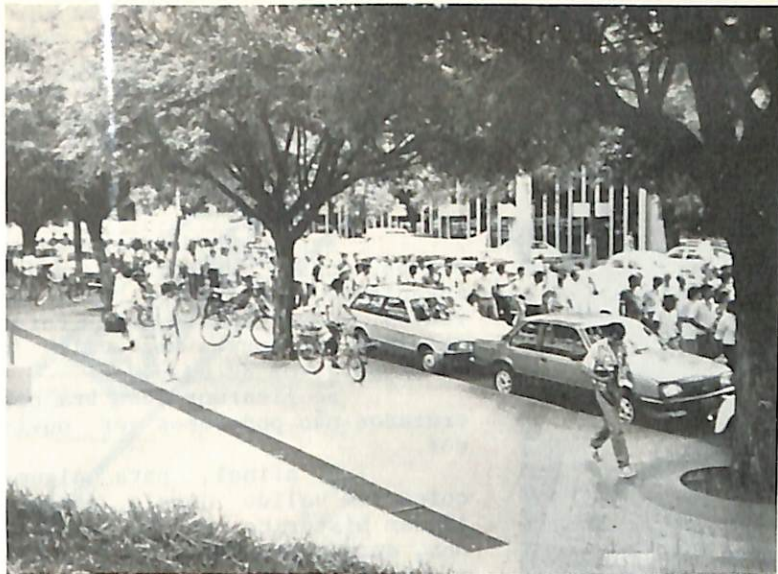
O salário da mulher é injustificadamente mais baixo que o dos homens. Nas negociações comerciais também somos muitas vezes discriminadas. Como que não nos levam a sério. Ainda nos olham como se o nosso lugar fosse a cozinha, a limpeza da casa e a educação dos filhos.

Logicamente que não queremos abandonar estas tarefas: queremos, isto sim, de sócios, de parceiros que nos apoiem dentro e fora de casa. Não podemos abrir mão de nosso trabalho, da nossa realização como seres humanos. Afinal, nós também queremos olhar para nossos filhos com o orgulho da educação que tiveram, com a emoção de um passado de lutas, sem perder a visão de um futuro construído também por nós.

O momento que nos une



Alcides Siqueira fala aos empresários



**A manifestação defronte a prefeitura**



**A praça cheia em sinal de revolta**

agora, é superior, entretanto, a esta mensagem.

Atravessamos hoje o mais turbulento mar de incertezas que esta nação jamais conheceu.

Durante anos lutamos pela redemocratização do Brasil, esperando uma voz civil, uma atitude honrada e uma república nova. Este desejo ficou claro quando fomos às ruas na campanha das **Diretas Já**, num movimento inigualável, onde as multidões ressoaram suas vozes no eco de seus porta vozes.

A voz da esperança, **Tancredo Neves**, nos foi levada sem explicação pelo destino, ainda atônitos, emocionados e órfãos, aceitamos a figura do Presidente José Sarney, a nova mensagem da esperança. Na sua sinceridade, na sua humildade percebemos os caminhos comuns e desejados.

O País teve então a paciência de esperar por medidas que se demoraram, mas restabeleceram no Brasil a consciência de que o cidadão, de que o homem, o brasileiro, é a coisa mais importante deste Estado.

Vivíamos então o **Plano Cruzado**.

A mensagem era clara e nós a aceitamos: **VAMOS ACABAR COM A ESPECULAÇÃO. O TRABALHO PASSARÁ A VALER SEMPRE MAIS QUE O CAPITAL.** A partir de então eramos de fato e de direito cidadãos brasileiros. Fomos à luta!

Criamos milhares de novas micro, pequenas e médias empresas. O capital deixou de servir de lucro para alguns para se tornar trabalho de milhões, salários, tributos, comida, riqueza.

Entretanto, longe da inocência natural do povo brasileiro, longe até da sinceridade do Presidente José Sarney, a quem nunca negamos apoio nem mesmo neste momento máximo de luta e agonia, forjaram uma armadilha usando para isto os manuais da má fé com o aval de nossa ignorância.

Passamos a ouvir de ventos inflacionários que de fato

poderiam existir, mas cuja intensidade não sentíamos tão forte como queriam afirmar.

Ninguém sabia da inflação. Mas alguns funcionários do governo afirmavam que era enorme. E em nome desta, passaram a ven-

**SE FECHAMOS NOSSAS  
PORTAS PARA ASSISTIR  
FUTEBOL, POR QUE NÃO  
FECHAR PARA PROTESTAR?**

der papéis do governo e a captar dinheiro para cobrir o imenso e eterno déficit público a taxas não apenas realmente recordes na economia brasileira como também

recordes históricos de taxas de juros positivos.

Porque ao contrário do que temos ouvido por aí, as taxas de juros não precisam ser superiores à inflação. Durante décadas os juros que foram praticados no país foram inferiores à inflação real. E nós, leigos, não sabíamos disso.

Agora sabemos: nós não podemos pagar com a nossa falência, com o desemprego de nossos funcionários, com a fome e a miséria de um povo os gastos absurdos, intoleráveis e enormes de um governo que não se governa. Hoje nesta praça há também um outro fator histórico: sempre se pensou que os inimigos dos assalariados eram os chamados patrões. Alguns empresários talvez vissem em seus colaboradores a figura de vilões.



**As faixas com palavras de ordem**

Hoje cai a máscara e nós percebermos que estamos a mercê do mesmo carrasco: o desgoverno do governo, que nos convocou para o trabalho, que nos garantiu salário e capital para investimentos e hoje não honra com seu compromisso.

Estamos ambos, assalariados, empresários, homens do campo completamente condenados ao desastre.

Com os juros a 20, 25 ou a 30% estamos quebrados. Empresários, agricultores, todos falidos. Teremos que dispensar nossos empregados. E a safra, tão decantada como super-safra, não virá para nossa mesa por falta de lugar para guardá-la, por falta de dinheiro para pagá-la, por falência de corpo e alma a economia brasileira.

O presidente José Sarney nos comunicou há uma semana a suspensão dos pagamentos da dívida externa. Porém Sr. Presidente, esta medida não nos trouxe nenhu-

**SE TIVEMOS QUE LEVAR  
A CULPA E CALAR A  
BOCA, SE PAGAMOS PELO  
FRACASSO DO CRUZADO  
NÃO PODEMOS PAGAR  
TAMBÉM PELA FALTA DE  
CORAGEM DO GOVERNO**

ma esperança. Porque veio sozinho, acompanhada apenas de promessas e sinceramente, Presidente, estas não vão pagar nossas dívidas, nem garantir aos nossos credores que serão pagos. Por que simplesmente não podemos pagar os juros que seu governo, se não fez, pelo menos teve culpa de permitir. PRESIDENTE SARNEY: o povo brasileiro é bom e fiel. Apesar de chamados de anarquistas e até mesmo acusados de faltar com o patriotismo, jamais deixou de lhe respeitar e lhe emprestar apoio.

Ainda acreditamos no Brasil que o Sr. apresenta na televisão, nos rádios, nos jornais, mas no qual, sabe o Sr. ainda não vivemos.

Porém aqui estamos, prontos a ajudá-lo a fazer este Brasil com o qual sonhamos juntos.

Não nos abandone nesta hora de desesperança. Aqui estamos unidos e coesos, uma comunidade à espera de seu gesto, da sua mão, da sua palavra de soberania interna e salvação nacional.

Não Podemos Esperar mais.

O momento é agora, é quase ontem.

De nossa parte, colegas



Discursa, o Presidente da ACIM

empresários, assalariados, políticos, gente amiga de Maringá, não podemos nos dispersar. A nossa luta agora é pelo futuro imediato nosso e de nossos filhos. A nossa luta agora é pelo restabelecimento da honra, da vergonha que temos na cara.

A nossa luta é sobreviver.

E só sobreviveremos se unidos, coesos, de braços dados invadirmos as ruas, as TVs, as rádios, e os jornais deste País, exigindo que nossa voz volte a valer pela voz de um povo.

Se ficarmos de braços cruzados não poderemos ser ouvidos.

E afinal, para alguma coisa tem valido aquele momento também histórico no Maracanãzinho, quando Geraldo Vandré resumiu o sentimento amornado: **Quem sabe faz a hora não espera acontecer.**

Não vamos esperar: a luta não é só nossa e não estamos sozinhos.

Esta Praça é o testemunho do quanto desejamos um Brasil de Justiça.

Muito Obrigado!

PROGRAMAÇÃO PACÍFICA

Após as palavras de Vera Lucia, Carlos Previdelli, voltou

### Manifestação da Classe Empresarial de Maringá

A Classe Empresarial de Maringá, cansada de suportar o pesado ônus do desgoverno ora reinante neste País, quer se manifestar, ordeira e pacificamente contra os juros altos, as dúvidas internas e as indefinições do Governo Federal, fatos estes que estão determinando a falência da classe empresarial, principalmente as micro, pequenas e médias empresas.

Organizamos, portanto, "O Dia da Manifestação da Classe Empresarial" que constará do seguinte programa:

1. Fechamento de todos os estabelecimentos da cidade, na quinta-feira dia 26/02, de 12:00 às 18:00 horas.
2. Ato Público da classe, constante de:
  - a) Concentração na Praça Raposo Tavares às 12:00 horas, com a participação de toda a classe empresarial Maringaense.
  - b) Pronunciamento de representantes da classe a respeito do movimento.
  - c) Caminhada saindo da Praça Raposo Tavares, pela Duque de Caxias, contornando a Av. XV de Novembro, retornando pela Av. Getúlio Vargas e terminando na Praça Raposo Tavares.

#### COMPANHEIRO EMPRESÁRIO:

A manifestação somente será ouvida se todos participarmos efetivamente da mesma, por isso estamos pedindo:

- a) A sua adesão ao fechamento de seu estabelecimento na quinta-feira das 12:00 às 18:00 horas.
- b) Sua presença no Ato Público, na Praça Raposo Tavares, às 12:00 horas e na caminhada logo em seguida.
- c) Pedimos que o companheiro coloque na porta de seu estabelecimento um cartaz com os seguintes dizeres: "Fechamos para não parar!" De 12:00 às 18:00 horas - Classe Empresarial".
- d) Pedimos também que faça faixas e cartazes para a caminhada que realizaremos, protestando contra a situação em que estamos vivendo.
- e) **IMPORTANTE:** Pedimos ao prezado companheiro que envie telex, telegrama ou telex fonado para o Presidente da República (telex n.os: 061-1148, 061-1451 ou 061-1496) nos dias 25 ou 26/02, protestando contra os juros altos e pedindo providências urgentes. O Telex ou telegrama deve ser enviado em nome de cada empresa. Poderá também ser mandado o texto para a ACIM que será retransmitido por ela.

Companheiro, precisamos estar unidos, para manifestar nossa voz e sermos ouvidos.

A Comissão Organizadora



**Especial**

**DESTAQUE  
E  
ARQUIVE**

# **CADERNO TÉCNICO**

MARÇO/ABRIL DE 1987 - Nº. 11

EDITOR RESPONSÁVEL: CARLOS ROBERTO PREVIDELLI

**REVISTA  
COMÉRCIO  
INDÚSTRIA**



Associação Comercial e  
Industrial de Maringá

# GATILHO SALARIAL

No trabalho a seguir, passamos aos associados mais informações a respeito do gatilho salarial:

1º GATILHO EM 1º/01/87 (Variação acumulada do IPC até dezembro/86)

CATEGORIAS BENEFICIADAS: aquelas com data-base em março, abril e maio.

MÊS	ÍNDICE ACUMULADO IPC ATÉ 31/12/86	GATILHO %	EXCEDENTE PARA PRÓXIMO GATILHO
MARÇO	22,16 %	20	2,16%
ABRIL	22,29 %	20	2,29%
MAIO	21,34 %	20	1,34%

2º GATILHO EM 1º/02/87 (Variação acumulada do IPC até janeiro/87)

CATEGORIAS BENEFICIADAS: As que tenham data-base em junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro.

MÊS	ÍNDICE ACUMULADO IPC ATÉ 31/01/87	GATILHO %	EXCEDENTE PARA PRÓXIMO GATILHO
JUNHO	39,79 %	20	19,79 %
JULHO	38,30 %	20	18,30 %
AGOSTO	36,42 %	20	16,42 %
SETEMBRO	34,16 %	20	14,16 %
OUTUBRO	31,89 %	20	11,89 %
NOVEMBRO	29,43 %	20	9,43 %
DEZEMBRO	25,31 %	20	5,31 %

## SANTANA



 **SOMACO**  
COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS



O SEU  
DISTRIBUIDOR  
AUTORIZADO  
**Volkswagen**

## SANTANA QUANTUM



Praça José Bonifácio, 121 - Fone: 24-4433 - Maringá - PR.

3º GATILHO EM 1º/03/87 (Variação acumulada do IPC até fevereiro/87)  
 CATEGORIAS BENEFICIADAS: Todas que tenham data-base em abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e janeiro.

MÊS	ÍNDICE ACUMULADO IPC ATÉ 28/02/87	GATILHO %	EXCEDENTE PARA PRÓXIMO GATILHO
ABRIL	36,09 %	20	16,09 %
MAIO	34,83 %	20	14,83 %
JUNHO	36,43 %	20	16,43 %
JULHO	34,73 %	20	14,73 %
AGOSTO	32,58 %	20	12,58 %
SETEMBRO	30,02 %	20	10,02 %

MÊS	ÍNDICE ACUMULADO IPC ATÉ 28/02/87	GATILHO %	EXCEDENTE PARA PRÓXIMO GATILHO
OUTUBRO	27,43 %	20	7,43 %
NOVEMBRO	24,63 %	20	4,63 %
DEZEMBRO	19,94 %	-	19,94 %
JANEIRO	33,05 %	-	13,05 %

TABELA DOS ÍNDICES MENSIS DO IPC DE MARÇO/86  
 A FEVEREIRO/87

MÊS/ANO	ÍNDICE MENSAL	MÊS/ANO	ÍNDICE MENSAL
MARÇO/86	- 0,11 %	SETEMBRO/86	1,72 %
ABRIL/86	0,78 %	OUTUBRO/86	1,90 %
MAIO/86	1,40 %	NOVEMBRO/86	3,29 %
JUNHO/86	1,27 %	DEZEMBRO/86	7,27 %
JULHO/86	1,19 %	JANEIRO/87	16,82 %
AGOSTO/86	1,68 %	FEVEREIRO/87	13,94 %

FÓRMULA PARA CALCULAR O ÍNDICE ACUMULADO DO IPC:

$$NVA = VA + VM + \left( \frac{VM \times VA}{100} \right) \text{ onde:}$$

NVA = Nova variação acumulada do IPC ou valor excedente

VA = Variação acumulada do IPC até o mês anterior

VM = Variação do IPC no mês

EXEMPLO: Para se achar a nova variação acumulada do IPC no mês de fevereiro/87, para quem tem data-base em junho (ou seja a va-

riação acumulada do IPC ocorrida de junho/86 a fevereiro/87)

NVA = A variação excedente do IPC acumulada até janeiro/87 = 19,79 %

A variação do IPC no mês de fevereiro/87 = 13,94 %, logo:

$$NVA = 19,79 + 13,94 + \left( \frac{13,94 \times 19,79}{100} \right)$$

Primeiramente resolve-se a equação entre parêntesis;

$$13,94 \times 19,79 \quad 100 = 2,76, \text{ logo:}$$

$19,79 + 13,94 + 2,76 = 36,49$  % que corresponde à variação acumulada do IPC de junho/86 a fevereiro/87, já descontado o gatilho de 1º de fevereiro/87.

### QUESTÕES A ESCLARECER:

1. Por que os trabalhadores com data-base em dezembro não foram beneficiados com o gatilho de 1º de março, e os de janeiro que é posterior o foram?

R: Primeiro porque quem tem data-base em dezembro já foi beneficiado com o gatilho em 1º de fevereiro, tendo restado excedente de 5,31%. Como o IPC de fevereiro/87 foi de 13,94%, aplicando-se a fórmula acima, veremos que o acumulado atinge 19,94% não disparando o gatilho.

$$NVA = 5,31 + 13,94 + \left( \frac{13,94 \times 5,31}{100} \right) = 19,99 \%$$

Já, os que têm data-base em janeiro/87 não haviam ainda sido beneficiados com o gatilho salarial, tendo apenas como acumulado o IPC de janeiro/87 = 16,82%. Aplicando-se novamente a regra, teremos:

$$NVA = 16,82 + 13,94 + \left( \frac{13,94 \times 16,82}{100} \right) = 33,10\%$$

2. Por que o Salário mínimo não é atingido pelo gatilho de 1º de março?

R: O Governo Federal, através do Decreto nº 94.062, datado de 27 de fevereiro de 1987, fixou o novo salário mínimo em ..... Cz\$: 1.368,00 (um mil, trezentos e sessenta e oito cruzados)

A variação do IPC ocorrida entre março/86 a fevereiro/87, foi de 52,52%

A variação do salário mínimo neste mesmo período (março/86 a fevereiro/87) foi de 70% ( $1.368,00 - 804,00 = 70\%$ ), tendo, portanto o governo concedido um aumento maior que a variação ocorrida.

Conseqüentemente da data-base do salário mínimo passou a ser março, devendo, portanto, serem zerados todos os índices do IPC anteriores a março/87, começando vida nova para o salário mínimo e também todos aqueles que tenham data-base neste mês de março.

Seguindo esta linha de raciocínio, quando haverá um novo disparo do gatilho para o salário mínimo?

Logicamente que, somente quando a variação acumulada do IPC a contar de março/87, atingir novamente 20% (vinte por cento), isto se o Governo não acabar com o gatilho até lá

3. A questão dos aumentos concedidos dentro do período da data-base diferenciando-se aqueles que possam ser descontados dos que, pela sua natureza não podem ser deduzidos no gatilho salarial.

Com um exemplo poderemos facilitar o entendimento:

Um trabalhador que tenha data-base em junho de cada ano.

- Salário em junho/86 - Cz\$: 2.500,00
- Em outubro/86 tem aumento espontâneo de 30% - Cz\$: 3.250,00
- Em novembro é promovido tendo aumento de 25% (812,50)..... - Cz\$: 4.062,50
- Gatilho de janeiro é disparado sobre salário de junho/86 + a promoção de Cz\$: 812,50..... Cz\$: 3.812,50 (gatilho compensado)
- Gatilho de fevereiro/87 é disparado sobre salário corrigido de janeiro Cz\$ 3.812,50..... Cz\$: 4.575,00
- gatilho de março/87 é disparado sobre salário corrigido de fevereiro/87..Cz\$: 5.490,00

#### EXEMPLO Nº 02

- Salário em junho/86.....Cz\$: 3.000,00
- Aumento de 30% em 11/86 espont..Cz\$: 3.900,00
- Aumento de 40% em 12/86 espont..Cz\$: 5.460,00
- gatilho em 01/87 de 20% sobre o salário de junho/86.....Cz\$: 3.600,00 (compensado)
- gatilho de 02/87 de 20% sobre o salário de janeiro/87.....Cz\$: 4.320,00 (compensado)
- gatilho de 03/87 de 20% sobre o salário de fevereiro/87.....Cz\$: 5.184,00 (compensado)

Continua, portanto o salário de Cz\$:5.460,00 que já houvera sido dado em dezembro/86, sendo compensados todos os gatilhos posteriores.

4. A questão dos funcionários que tenham sido admitidos após a data base. Como aplicar o gatilho?

R. Os empregados admitidos após a data-base da categoria, segundo Parecer da Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho, poderá ser concedido o reajuste automático proporcional ao número de meses trabalhados na empresa, desde que seja preservada

riação acumulada do IPC ocorrida de junho/86 a fevereiro/87)

NVA = A variação excedente do IPC acumulada até janeiro/87 = 19,79 %  
A variação do IPC no mês de fevereiro/87 = 13,94 %, logo:

$$NVA = 19,79 + 13,94 + \left( \frac{13,94 \times 19,79}{100} \right)$$

Primeiramente resolve-se a equação entre parêntesis;

$$13,94 \times 19,79 \quad 100 = 2,76, \text{ logo:}$$

$19,79 + 13,94 + 2,76 = 36,49$  % que corresponde à variação acumulada do IPC de junho/86 a fevereiro/87, já descontado o gatilho de 1º de fevereiro/87.

### QUESTÕES A ESCLARECER:

1. Por que os trabalhadores com data-base em dezembro não foram beneficiados com o gatilho de 1º de março, e os de janeiro que é posterior o foram?

R: Primeiro porque quem tem data-base em dezembro já foi beneficiado com o gatilho em 1º de fevereiro, tendo restado excedente de 5,31%. Como o IPC de fevereiro/87 foi de 13,94%, aplicando-se a fórmula acima, veremos que o acumulado atinge 19,94% não disparando o gatilho.

$$NVA = 5,31 + 13,94 + \left( \frac{13,94 \times 5,31}{100} \right) = 19,99 \%$$

Já, os que têm data-base em janeiro/87 não haviam ainda sido beneficiados com o gatilho salarial, tendo apenas como acumulado o IPC de janeiro/87 = 16,82%. Aplicando-se novamente a regra, teremos:

$$NVA = 16,82 + 13,94 + \left( \frac{13,94 \times 16,82}{100} \right) = 33,10\%$$

2. Por que o Salário mínimo não é atingido pelo gatilho de 1º de março?

R: O Governo Federal, através do Decreto nº 94.062, datado de 27 de fevereiro de 1987, fixou o novo salário mínimo em ..... Cz\$: 1.368,00 (um mil, trezentos e sessenta e oito cruzados)

A variação do IPC ocorrida entre março/86 a fevereiro/87, foi de 52,52%

A variação do salário mínimo neste mesmo período (março/86 a fevereiro/87) foi de 70% ( $1.368,00 - 804,00 = 70\%$ ), tendo, portanto o governo concedido um aumento maior que a variação ocorrida.

Conseqüentemente da data-base do salário mínimo passou a ser março, devendo, portanto, serem zerados todos os índices do IPC anteriores a março/87, começando vida nova para o salário mínimo e também todos aqueles que tenham data-base neste mês de março.

Seguindo esta linha de raciocínio, quando haverá um novo disparo do gatilho para o salário mínimo?

Logicamente que, somente quando a variação acumulada do IPC a contar de março/87, atingir novamente 20% (vinte por cento), isto se o Governo não acabar com o gatilho até lá

3. A questão dos aumentos concedidos dentro do período da data-base diferenciando-se aqueles que possam ser descontados dos que, pela sua natureza não podem ser deduzidos no gatilho salarial.

Com um exemplo poderemos facilitar o entendimento:

Um trabalhador que tenha data-base em junho de cada ano.

- Salário em junho/86 - Cz\$: 2.500,00
- Em outubro/86 tem aumento espontâneo de 30% - Cz\$: 3.250,00
- Em novembro é promovido tendo aumento de 25% (812,50)..... - Cz\$: 4.062,50
- Gatilho de janeiro é disparado sobre salário de junho/86 + a promoção de Cz\$: 812,50..... Cz\$: 3.812,50 (gatilho compensado)
- Gatilho de fevereiro/87 é disparado sobre salário corrigido de janeiro Cz\$ 3.812,50..... Cz\$: 4.575,00
- gatilho de março/87 é disparado sobre salário corrigido de fevereiro/87..Cz\$: 5.490,00

#### EXEMPLO Nº 02

- Salário em junho/86.....Cz\$: 3.000,00
- Aumento de 30% em 11/86 espont..Cz\$: 3.900,00
- Aumento de 40% em 12/86 espont..Cz\$: 5.460,00
- gatilho em 01/87 de 20% sobre o salário de junho/86.....Cz\$: 3.600,00 (compensado)
- gatilho de 02/87 de 20% sobre o salário de janeiro/87.....Cz\$: 4.320,00 (compensado)
- gatilho de 03/87 de 20% sobre o salário de fevereiro/87.....Cz\$: 5.184,00 (compensado)

Continua, portanto o salário de Cz\$: 5.460,00 que já houvera sido dado em dezembro/86, sendo compensados todos os gatilhos posteriores.

4. A questão dos funcionários que tenham sido admitidos após a data base. Como aplicar o gatilho?

R. Os empregados admitidos após a data-base da categoria, segundo Parecer da Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho, poderá ser concedido o reajuste automático proporcional ao número de meses trabalhados na empresa, desde que seja preservada

do o princípio da isonomia salarial.

Isonomia salarial significa dizer que sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, deve corresponder a igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.

Para fins de isonomia salarial, trabalho de igual valor é aquele prestado com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não seja superior a dois anos.

O critério da proporcionalidade não se aplica às empresas que adotem quadro de pessoal organizado em carreira, no qual o reajuste automático incide sobre os respectivos níveis ou classes de salários.

Carlos Roberto Previdelli  
Assessor Jurídico  
ACIM

## O SALÁRIO MÍNIMO E O GATILHO SALARIAL

JOSÉ WASHINGTON COELHO  
Professor da Fundação Getúlio Vargas

O salário mínimo é conceito de piso. É o mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e as de sua família (Constituição, art. 165, I).

Para ser piso, há que ter unidade temporal. Como depende das "condições de cada região", pode apresentar diversidade de valores, hoje eliminada. O que não pode é ser quebrada a unidade temporal. Uma vez decretado, atinge, simultaneamente, todo o País. Tem caráter universal. Ninguém pode, em determinada data, gastar menos do que o valor que representa o salário mínimo, atualmente um só para todo o País.

Absurdo representaria pretender que, por exemplo, para determinada categoria, o salário mínimo fosse diverso daquele fixado para o País. Tendo em vista que os salários são diversos e que as categorias profissionais desejam garantir salários personalizados, vigora há muito o conceito de piso salarial, não raro definido em função do salário mínimo, este tomado como ponto de referência.

O piso de determinada categoria pode ser 1.10, 1.20, 1.80, 2.00, 3.00, 5.00, 10.00 ou mais salários mínimos, dado que este, na mesma data, é o mesmo valor em qualquer ponto do território nacional.

Cada categoria profissional tem sua data-base para reajustamento salarial. Concedido reajustamento ou aumento para a categoria, todos os salários de seus integrantes são alcançados, inclusive os que são representados pelo valor que é igual ao salário mínimo. Isso não altera o salário mínimo e sim o menor salário da categoria, que, até então igual, passa a ser superior ao mínimo. Quando acontece o inverso, o efeito é oposto: se o salário mínimo reajustado fica maior do que o menor salário da categoria, este sobe automaticamente e de pleno direito, igualando-se àquele. O salário mínimo é piso universal (não é demais repetir).

A chamada escala móvel, que a voz do povo designa "gatilho salarial", é mais novidade do que inovação.

É novidade pela causa do disparo, que passou a ser a

quantidade de inflação representada pela variação acumulada do índice que a mede, enquanto antes era função do tempo decorrido (correção anual, depois semestral).

Dentro do território dos salários dos integrantes das categorias profissionais tudo permanece como antigamente. Definido o índice para reajustamento (o do gatilho e sempre 20 por cento, mesmo que o índice acumule mais), todos os salários, do menor ao maior, das categorias beneficiadas, são reajustados. Quem recebe salário igual ao mínimo passa a perceber salário superior ao mínimo.

O gatilho não é "universal". Só alcança as categorias que por força do último aumento ou reajustamento acumulam variação do INPC igual ou superior a 20 por cento. Pode ser uma, dez ou cem categorias, tudo dependendo das datas-base. Só não será a totalidade das categorias porque, no Brasil, prevalece o regime de datas-base específicas (cada categoria tem a sua). Universalidade é privilégio do salário mínimo.

A dificuldade surge na área do relacionamento da escala móvel com o salário mínimo. Como este é universal, toda vez que é alcançado, espalha-se por todas as categorias. Estas tornam-se vasos comunicantes por efeito do gatilho, caso a escala móvel também incida sobre o salário mínimo. Por isso mesmo, a escala móvel não deveria ser causa de alteração do salário mínimo. A abrangência universal deste teria que o situar acima das vicissitudes do gatilho. É o que acontecia antes. A cada mês, inúmeras categorias, por "aniversariarem" (ocorrência da data-base), tinham reajuste e todos os salários iguais ao mínimo (menores salários), superavam este, exatamente porque o reajuste dos salários concretamente percebidos pelas categorias alcançadas nada tinha a ver com o salário mínimo, instituição legal.

Quando chegava a data da revisão do salário mínimo, a recíproca não era verdadeira, uma vez que seu novo valor passava a ser o piso geral de todos os salários de todas as categorias.

A escala móvel não deveria modificar essa realidade. Cada disparo alcança os salários percebidos pelos integrantes das categorias (A, B, C e D) para as quais a variação acumulada do INPC atinge 20 por cento. Quem ganha Cz\$ 10.000,00 passa a Cz\$ 12.000,00; quem recebe Cz\$ 804,00 passa a Cz\$ 964,80.

No mês seguinte, caso o gatilho dispare outra vez, a operação se repete (categorias E, F, G e H). Quem estiver ganhando Cz\$ 804,00 passará a Cz\$ 964,80.

Suponha-se que, antes da revisão do salário mínimo, o

gatilho dispare a segunda vez para as categorias A, B, C e D. O menor salário — Cz\$ 964,80 — passaria para Cz\$ 1.157,76.

A escala móvel "deveria" ter sua ação limitada aos salários concretamente percebidos pelos integrantes das categorias alcançadas pelo disparo do gatilho. Seria a lei submissa à lógica, no reino do bom senso.

"Deveria", mas, não é.

O legislador, por imprevidência ou incompetência, estabeleceu comunicação entre vasos heterogêneos. O Decreto-lei n.º 2.284/86, depois de estipular, no art. 17, que "em 1.º de março de 1986 o salário mínimo passa a valer Cz\$ 804,00", "restabelecido o reajuste anual para 1.º de março de 1987", institui ressalva para a escala móvel".

Salário mínimo é instituição e, como tal, não tem data-base. Tem "data" para, por ato do Governo ("decreto" antes do Decreto-lei n.º 2.284/86), ser revisto.

Essa dissonância entre a instituição salário mínimo e os salários dos integrantes das categorias profissionais viabiliza dupla versão para interpretar o alcance da "ressalva".

A primeira seria a de que, por não ter data-base, o salário mínimo seria alcançado por reflexo: cada disparo, além de incidir sobre os salários dos integrantes das categorias beneficiadas, comunicaria-se-ia ao salário mínimo.

A segunda compete o efeito exponenciado mitigado. O disparo atingiria o salário mínimo dentro da mesma regra estabelecida para todos os salários dos integrantes das categorias profissionais. A contagem da variação acumulada do IPC seria feita a partir da última revisão do salário mínimo.

Admitida a segunda versão, o efeito exponencial da escala móvel sobre o salário mínimo teria a frequência reduzida, pois, só nos disparos deste é que ocorrerá o reflexo em todas as categorias, por força da sua universalidade. Em janeiro de 87, o disparo do gatilho alcançou o salário mínimo, que passou para Cz\$ 964,80 não apenas para as categorias beneficiadas, mas, para todas.

Agora, em março, temos novo salário mínimo, calculado a partir de Cz\$ 804,00, considerando-se a diferença de Cz\$ 160,80 — (Cz\$ 964,80 menos Cz\$ 804,00), como adiantamento dedutível (antecipação salarial).

\* O salário mínimo atual é Cz\$ 1.368,00

Se em maio a variação do IPC sobre março igualar a 20 por cento, teremos novo salário mínimo alcançando todas as categorias. As categorias que vierem a ter disparo nos meses subsequentes, ou partirão do novo valor (maio) — e aí ocorrerá o efeito exponencial ou deduzirão o aumento recebido via salário mínimo como se fora antecipação salarial (e aí será uma guerra, porque salário mínimo e salário concretamente percebido são conceitos distintos).

O mais grave da leviandade legislativa perpetrada com a ressalva é que o efeito exponencial alcançará mais as micro, pequenas e médias empresas, onde o peso da folha salarial está na base.

Dizem que a escala móvel entrou como brinde (lambuja) no Plano Cruzado. O Governo exibia confiança na fórmula para extermínio da inflação, ao mesmo tempo em que oferecia ao trabalhador uma apólice de seguro contra eventual fracasso.

Como se tratava de acessório (brinde) destinado a facilitar a "venda" do principal (Plano Cruzado), não houve preocupação em prever os efeitos da doação.

A virada de mesa da inflação, que deu a volta por cima e já está vestindo hiperinflação, transformou o "acessório" em "principal". E tudo que era remoto e irrelevante tornou-se imediato e relevante.

Os que temem o gatilho como causa realimentadora da inflação, por certo morrerão de susto diante do efeito exponencial da escala móvel sobre o salário mínimo.

Não é por menos que o Brasil vive terrível perplexidade, com todos correndo, não para realizar objetivos, mas, sim, para encontrar rumos. (Transcrito do Jornal do Commercio, de 6-3-87.)

## LOCAÇÃO RESIDENCIAL - REAJUSTE DO ALUGUEL

DECRETO-LEI 2.322, DE 26-2-87  
(DO-U DE 27-2-87)

EMENTA — Modificação dos critérios para reajuste de contratos e obrigações, bem como para aplicação de juros sobre débitos trabalhistas.

### REAJUSTE DE OBRIGAÇÕES — ÍNDICES PERMITIDOS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição.

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 2.º do Decreto-lei n.º 2.290, de 21 de novembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º — Somente poderão ter cláusulas de reajuste os contratos que o vinculem às variações nominais da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN), observada, para as locações residenciais, periodicidade não inferior a seis meses.

§ 1.º — O disposto neste artigo não é obrigatório:

I — aos contratos cujo objeto seja a venda de bens para entrega futura ou a prestação de serviços contínuos ou futuros, ou a realização de obras, os quais poderão conter cláusula de reajuste baseada em índices que reflitam a variação do custo de produção ou do preço dos insumos utilizados, ou índices setoriais ou regionais de custos e preços;

II — às obrigações contratuais vinculadas a operações do mercado financeiro e de capitais, que serão disciplinadas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2.º — É vedada, sob pena de nulidade, cláusula de reajuste vinculada a variações cambiais ou do salário mínimo, ressalvadas as exceções previstas em lei federal ou quando tratar-se de insumos importados que componham os custos referidos no item I do parágrafo anterior.

§ 3.º — A liquidação antecipada, total ou parcial, de obrigação pecuniária decorrente de negócio contratual, em que seja previsto reajuste vinculado a OTN, não exime o devedor do pagamento do acréscimo proporcional correspondente à variação de que trata o parágrafo único do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986, e, a partir de 1.º de março de 1987, à variação do índice que servir de base à fixação do valor da OTN, ocorrida, em qualquer das hipóteses, até a data da referida liquidação.

§ 4.º — A legislação anterior a 28 de fevereiro de 1986 e que tenha a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional

(ORTN), como índice para correção monetária, passa a vigorar com os índices da variação nominal da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN)."

Art. 2.o — As obrigações de pagamento vincendas e previstas no artigo 8.o do Decreto-lei n.o 2.284, de 10 de março de 1986, serão, a partir da publicação deste Decreto-lei, convertidas em cruzados na data dos seus vencimentos, observada a relação paritária de Cr\$ 5.057,42 para Cz\$ 1,00.

Art. 3.o — Sobre a correção monetária dos créditos trabalhistas, de que trata o Decreto-lei n.o 75, de 21 de novembro de 1966 e legislação posterior, incidirão juros, à taxa de 1 por cento ao mês, capitalizados mensalmente.

§ 1.o — Nas decisões da Justiça do Trabalho, a correção monetária será calculada pela variação nominal da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN), observado, quando for o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 6.o do Decreto-lei n.o 2.284, de 10 de março de 1986, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.o 2.311, de 23 de dezembro de 1986.

§ 2.o — Aplicam-se aos processos em curso as disposições deste artigo.

Art. 4.o — Respeitado o disposto neste Decreto-lei e no Decreto-lei n.o 2.300, de 21 de novembro de 1986, o Poder Executivo estabelecerá os critérios de reajustes dos contratos da Administração Federal direta e indireta.

Art. 5.o — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.o — Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto-lei n.o 185, de 23 de fevereiro de 1967, e o artigo 3.o do Decreto-lei n.o 2.037, de 28 de junho de 1983. (José Sarney; Dilson Domingos Funaro; Almir Pazzianotto Pinto e João Sayad.)

## Esclarecimento

O artigo 2.o do Decreto-lei 2.290/86, alterado pelo ato ora transcrito, determinava que somente as obrigações contratuais por prazo igual ou superior a doze meses poderiam conter cláusula de revisão livremente pactuada pelas partes, vinculada a índices setoriais de preços ou custos, que não incluíssem variação cambial.

O parágrafo único do artigo 6.o do Decreto-lei 2.284, de 10-3-86 na redação dada pelo Decreto-lei 2.311, de 23-12-86 dispõe que na atualização do valor nominal da OTN, em 1-3-87, serão computados

- a) as variações do IPC ocorridas até 30-11-86;
- b) a partir de 1-12-86 e até 28-2-87, as variações do IPC ou os rendimentos das Letras do Banco Central (LBC), adotando-se mês a mês, o índice que maior resultado obtiver.

O artigo 8.o do Decreto-lei 2.284/86 determina a obrigatoriedade da conversão em cruzados, pelo fator de conversão diário, das obrigações de pagamento expressas em cruzeiros, sem cláusula de correção monetária ou com cláusula de correção monetária prefixada, constituídas antes de 28-2-86.

O Decreto-lei 75, de 21-11-66 (DO-U de 22-11-66) dispõe sobre a aplicação da correção monetária aos débitos de natureza trabalhista, bem como a elevação do valor do depósito compulsório nos casos de recursos perante os Tribunais do Trabalho.

O Decreto-lei 185/67, ora revogado, estabelecia normas sobre a contratação de obras e para revisão de preços em contratos de obras ou serviços a cargo do governo federal.

O artigo 3.o do Decreto-lei 2.037/83, revogado pelo ato ora transcrito, determinava que nos contratos de obras e fornecimentos de bens ou serviços, assinados a partir de 29-6-83, as revisões ou reajustes dos preços unitários contratuais, de parte do valor global contratual, ou do valor global do contrato ficavam limitados expressamente a 95 por cento dos índices analíticos, que levavam em conta a participação ponderada dos diversos insumos ou equipamentos utilizados nestes serviços.

Nos contratos plurianuais, as ponderações deviam ser revistas anualmente, tendo em conta as eventuais variações da participação dos insumos durante o progresso da obra.

FONTE: COAD/87 - LC - Pág. 103 a 104

# VALORES DE REFERÊNCIA VIGENTES A PARTIR DE 13-3-87 E NORMAS RELATIVAS À SUA ATUALIZAÇÃO

DECRETO 94.089, DE 12-3-87  
(DO-U DE 13-3-87)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 2.o, parágrafo único, da Lei n.o 6.205, de 29 de abril de 1975, no artigo 1.o da Lei n.o 6.423, de 17 de junho de 1977, e no § 4.o do artigo 2.o do Decreto-lei n.o 2.290, de 21 de novembro de 1986, na redação que lhe conferiu o art. 1.o do Decreto-lei n.o 2.322, de 26 de fevereiro de 1987, DECRETA:

Art.1.o — O coeficiente de atualização monetária, a que se refere o parágrafo único, do artigo 2.o, da Lei n.o 6.205, de 29 de abril de 1975, será de 1,707 (um inteiro e setecentos e sete milésimos), aplicável sobre os valores vigentes em 1.o de maio de 1986.

Parágrafo único — Os valores de referência a serem adotados em cada Região, já atualizados na forma deste artigo, constam do anexo ao presente Decreto.

Art. 2.o – O coeficiente fixado no artigo 1.o deste Decreto aplica-se, inclusive, às penas pecuniárias previstas em lei e aos valores mínimos estabelecidos para alçada e recursos para os Tribunais.

Art. 3.o – A atualização do coeficiente fixado no artigo 1.o deste Decreto far-se-á por ato do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, sempre que houver alteração do salário-mínimo, inclusive em decorrência dos reajustes automáticos previstos no artigo 21 do Decreto-lei n.o 2.284, de 10 de março de 1986.

Art. 4.o – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.o – Revogam-se as disposições em contrário. (José Sarney.)

ANEXO AO DECRETO N.o 94.089, DE 12-03-87

NOVOS VALORES DE REFERÊNCIA (MVR)  
VALORES E REGIÕES QUE OS UTILIZAM

VALORES VIGENTES EM 01-05-86 (Cz\$)	NOVOS VALORES (Cz\$)	REGIÕES E SUB-REGIÕES (TAIS COMO DEFINIDAS PELO DECRETO N.o 75.679, DE 29 DE ABRIL DE 1975)
232,02	396,06	4.a, 5.a, 6.a, 7.a, 8.a, 9.a – 2.a Sub-região, Território de Fernando de Noronha, 10.a, 11.a, 12.a – 2.a Sub-região.
256,91	438,55	1.a, 2.a, 3.a, 9.a – 1.a Sub-região, 12.a – 1.a Sub-região, 20.a, 21.a.
279,84	477,69	14.a, 17.a – 2.a Sub-região, 18.a – 2.a Sub-região.
305,42	521,35	17.a – 1.a Sub-região, 18.a – 1.a Sub-região, 19.a.
328,38	560,54	13.a, 15.a, 16.a, 22.a.

O Decreto 75.679, de 29-4-75 fixou as regiões e sub-regiões para efeito de aplicação do Salário Mínimo.

As regiões mencionadas neste ato são as mesmas relativas à aplicação do Salário Mínimo.

Os Estados, divididos em sub-regiões, são os seguintes:

9.a Região: Estado de Pernambuco

1.a Sub-região: Município de Recife, Cabo, Igarassu, Itamaracá, Jaboatão, Moreno, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata.

2.a Sub-região: Demais Municípios.

Território Federal de Fernando de Noronha

12.a Região: Estado da Bahia

1.a Sub-região: Municípios de Salvador, Alagoinhas, Biritinga, Brumado, Camaçari, Candeias, Catu, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Itajuípe, Itaparica, Lauro de Freitas, Mata de São João, Pojuca, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passe, Serrinha, Simões Filho, Tucano e Vera Cruz.

2.a Sub-região: Demais Municípios

17.a Região: Estado do Paraná.

1.a Sub-região: Municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Antonina, Apucarana, Arapongas, Araucária, Assaí, Balsa Nova, Bandeirantes, Bocaiúva do Sul, Cambé, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Mourão, Cascavel, Colombo, Contenda, Cornelio Procopio, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Jacarezinho, Londrina, Mandaguari, Mandrituba, Maringá, Nova Esperança, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Piraquara, Ponta Grossa, Porecatu, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, Rolândia, São José dos Pinhais, Toledo e União da Vitória.

2.a Sub-região: Demais Municípios

18.a Região: Estado de Santa Catarina

1.a Sub-região: Municípios de Florianópolis, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Campos Novos, Concórdia, Criciúma, Gaspar, Herval d'Oeste, Itajaí, Itajaú, Joaçaba, Joinville, Laços, Lauro Muller, Lavejantes, Orleans, Porto União, São José, Siderópolis, Tubarão e Urussanga.

2.a Sub-região: Demais Municípios.

## PREVIDÊNCIA SOCIAL SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

Empregados

Os percentuais das contribuições previdenciárias devidas pelos empregados são determinados em conformidade com as faixas salariais, estabelecidas em função do salário mínimo, em que se situem as remunerações recebidas no respectivo mês.

O empregado vinculado a mais de uma empresa, para efeito de determinação do percentual aplicável para o cálculo da sua contribuição previdenciária, terá a sua remuneração mensal apurada através da soma dos valores recebidos em todas as empresas.

Tendo em vista que a partir de 1-3-87 o valor do salário mínimo foi fixado em Cz\$ 1.368,00, elaboramos a Tabela Prática a seguir, para efeito de determinação do percentual a ser aplicado sobre as remunerações recebidas pelos empregados, a partir da competência março/87, para cálculo das contribuições previdenciárias.

FAIXAS SALARIAIS	VALORES (Cz\$)		PERCENTUAIS
1) Até 3 Salários Mínimos (SM) . . . . .	1.368,00	a 4.104,00	8,5
2) Mais de 3 SM Até 5 SM . . . . .	4.104,01	a 6.840,00	8,75
3) Mais de 5 SM Até 10 SM . . . . .	6.840,01	a 13.680,00	9,0
4) Mais de 10 SM Até 15 SM . . . . .	13.680,01	a 20.520,00	9,5
5) Mais de 15 SM Até 20 SM . . . . .	20.520,01	a 27.360,00	10,0

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto-lei 1.910, de 29-12-81

Decreto 90.817, de 17-1-85  
8-1-82

Decreto 94.062, de 27-2-87  
e Circular 3 IAPAS-SAF, de 13-1-82

Resolução 116 IAPAS, de

# PREVIDÊNCIA SOCIAL SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

Autônomos e Empregadores

O salário-base é o salário de contribuição do segurado empregador, do trabalhador autônomo e do segurado facultativo.

Estabelecido em função do tempo de filiação previdenciária do segurado, o salário-base é fixado com observância dos limites mínimo (1 salário mínimo) e máximo (20 salários mínimos) do salário de contribuição.

A escala de salários-base compreende as várias classes de contribuição em que se admite o enquadramento dos segurados a ela sujeitos.

A referida escala é única tanto para os segurados empregadores como para os autônomos. O que difere entre um e outro segurado é o percentual de contribuição e, conseqüentemente, o valor da contribuição de cada um.

Tendo em vista que a partir de 1-3-87, o valor do salário mínimo foi fixado em Cz\$ 1.368,00, a seguir demonstramos a escala de salários-base com os percentuais e contribuições dos segurados empregadores e autônomos, a ser utilizada a partir da competência março/87.

## ESCALA DE SALÁRIOS-BASE

Classes	Tempo de Filiação	Salários-Base de Contribuição		Intervalos (em Meses)	Contribuição do Empregador		Contribuição do Autônomo (19,2 por cento do Salário-Base) (Cz\$)
		Escala	Valores (Cz\$)		Percentuais	Valores (Cz\$)	
1	Até 1 ano . . . . .	1 salário mínimo (SM) . .	1.368,00	12	18,5	253,08	262,66
2	Mais de 1 até 2 anos . . .	2 vezes o SM . . . . .	2.736,00	12	18,5	506,16	525,31
3	Mais de 2 até 3 anos . . .	3 vezes o SM . . . . .	4.104,00	12	18,5	759,24	787,97
4	Mais de 3 até 5 anos . . .	5 vezes o SM . . . . .	6.840,00	24	18,75	1.282,50	1.313,28
5	Mais de 5 até 7 anos . . .	7 vezes o SM . . . . .	9.576,00	24	19,0	1.819,44	1.838,59
6	Mais de 7 até 10 anos . . .	10 vezes o SM . . . . .	13.680,00	36	19,0	2.599,20	2.626,56
7	Mais de 10 até 15 anos . . .	12 vezes o SM . . . . .	16.416,00	60	19,5	3.201,12	3.151,87
8	Mais de 15 até 20 anos . . .	15 vezes o SM . . . . .	20.520,00	60	19,5	4.001,40	3.939,84
9	Mais de 20 até 25 anos . . .	18 vezes o SM . . . . .	24.624,00	60	20,0	4.924,80	4.727,81
10	Mais de 25 anos . . . . .	20 vezes o SM . . . . .	27.360,00	-	20,0	5.472,00	5.253,12

Da contribuição do segurado empregador, cuja alíquota varia de 18,5 a 20 por cento, compete à empresa a que ele esteja vinculado a parcela de 10 por cento, qualquer que seja a classe da escala em que se enquadre o seu salário-base.

Do mesmo modo, as empresas tomadoras dos serviços dos autônomos são obrigadas a reembolsá-los em 10 por cento dos respectivos salários-base de contribuição, observado o limite máximo previdenciário (Cz\$ 27.360,00 a partir de 1-3-87) e o valor do serviço prestado. Portanto, os trabalhadores autônomos são responsáveis, apenas, por 9,2 por cento do seu salário-base, cabendo os 10 por cento restantes às empresas tomadoras dos seus serviços.

A classe de 1 salário mínimo (classe 1) não se aplica aos profissionais liberais filiados nessa qualidade à Previdência Social, como trabalhadores autônomos. O salário-base desses profissionais não pode ser inferior à classe 2 na escala de salários-base (2 SM).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto-lei 1.910, de 29-12-81

Decreto 83.081, de 24-1-79 – Regulamento do Custeio da Previdência Social (RCPS) – artigos 43; 47; e 49

Decreto 90.817, de 17-1-85

Decreto 94.062, de 27-2-87

Resolução 116

IAPAS, de 8-1-82

# SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho

As empresas privadas e públicas, os órgãos da administração direta e indireta e dos poderes legislativo e judiciário, que tenham empregados regidos pela CLT, manterão, obrigatoriamente, Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), com a finalidade de proteger a saúde e a integridade do trabalhador no local de trabalho.

O dimensionamento dos SESMT vincula-se à gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento, conforme Quadro a seguir reproduzido.

### DIMENSIONAMENTO DOS SESMT

GRAU DE RISCO	N.º EMPREGADOS NO ESTABELECIMENTO	TÉCNICOS							
		50 A 100	101 A 250	251 A 500	501 A 1.000	1.001 A 2.000	2.001 A 3.500	3.501 A 5.000	ACIMA DE 5.000 PARA CADA GRUPO DE 4.000 OU FRAÇÃO ACIMA DE 2.000
1	Supervisor Seg. Trabalho				1	1	1	2	1
	Engenheiro Seg. Trabalho						1	1	1
	Aux. Enfermagem do Trabalho						1	1	1
	Enfermeiro do Trabalho							1	
	Médico do Trabalho					1	1	1	1
2	Supervisor Seg. Trabalho				1	1	2	5	1
	Engenheiro Seg. Trabalho					1	1	1	1
	Aux. Enfermagem do Trabalho					1	1	1	1
	Enfermeiro do Trabalho							1	
	Médico do Trabalho					1	1	1	1
3	Supervisor Seg. Trabalho		1	2	3	4	6	8	3
	Engenheiro Seg. Trabalho				1	1	1	2	1
	Aux. Enfermagem do Trabalho					1	2	1	1
	Enfermeiro do Trabalho							1	
	Médico do Trabalho				1	1	1	2	1
4	Supervisor Seg. Trabalho	1	2	3	4	5	8	10	3
	Engenheiro Seg. Trabalho		1	1	1	1	2	3	1
	Aux. Enfermagem do Trabalho				1	1	2	1	1
	Enfermeiro do Trabalho							1	
	Médico do Trabalho		1	1	1	1	2	3	1

As empresas enquadradas no grau de risco 1, obrigadas a constituir SESMT e que possuam outros serviços de medicina e engenharia poderão integrar esses serviços com os SESMT, constituindo um serviço único de engenharia e medicina.

As empresas que optarem pelo serviço único de engenharia e medicina ficam obrigadas a elaborar e submeter à aprovação da Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho (SSMT) ATÉ O DIA 30 DE MARÇO, um programa bienal de segurança e medicina do trabalho a ser desenvolvido.

As empresas que se instalarem após o dia 30 de março de cada ano, poderão constituir o serviço único e elaborar o programa a ser submetido à SSMT no prazo de 90 dias, a contar de sua instalação.

De acordo com a legislação pertinente, as microempresas estão dispensadas da manutenção de serviços especializados em segurança e medicina do trabalho.

Todavia, apesar de as microempresas estarem dispensadas da manutenção dos serviços em questão, devem submeter-se, normalmente, à fiscalização referente à legislação sobre Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 7.256, de 27-11-84 – artigo 2.º  
 Decreto 90.880, de 30-1-85 – artigo 7.º  
 – subitens 4.1, 4.2, 4.3, 4.3.1 e 4.3.1.1  
 3.022 MTb, de 22-1-86  
 Portaria 33 SSMT, de 27-10-83 – Segurança e Medicina do Trabalho  
 Portaria 34 SSMT, de 20-12-83 e Portaria

## TRABALHO SALÁRIO MÍNIMO - ALTERAÇÃO

• DECRETO 94.062, DE 27-2-87  
(DO-U DE 4-3-87)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 116, § 2.º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, DECRETA:

Art. 1.º – O salário mínimo fixado pelo artigo 17 do Decreto-lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986, fica estipulado em Cz\$ 1.368,00 (hum mil trezentos e sessenta e oito cruzados), em todo território nacional.

Parágrafo único – Para os efeitos do disposto no artigo 82, da Consolidação das Leis do Trabalho, os percentuais de descontos serão os constantes do anexo.

Art. 2.º – Aplicam-se ao salário mínimo os reajustamentos automáticos previstos pelo art. 21 do Decreto-lei n.º 2.284/86.

Art. 3.o – Para os menores aprendizes de que trata o artigo 80, e seu parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho, o salário mínimo corresponderá ao valor de meio salário mínimo durante a primeira metade da duração máxima prevista para o aprendiz do respectivo ofício. Durante a segunda metade do aprendizado o salário mínimo será correspondente a dois terços do valor do salário mínimo.

Art. 4.o – Para todos os trabalhadores que tenham fixado por lei o máximo da jornada diária em menos de oito horas, o salário mínimo horário será igual ao do anexo multiplicado por oito e dividido por aquele máximo legal.

Art. 5.o – O presente Decreto entra em vigor em 1.o de março de 1987, revogadas as disposições em contrário. (José Sarney e Almir Pazzianotto Pinto.)

**ANEXO A QUE SE REFERE O DECRETO N.º 94.062, DE 27-02-87  
O SALÁRIO-MÍNIMO EM MOEDA CORRENTE PARA O TRABALHADOR  
ADULTO CALCULADO NA BASE DE 30 DIAS OU 240 HORAS DE TRABALHO**

**SALÁRIO MÍNIMO MENSAL : Cz\$ 1.368,00  
SALÁRIO MÍNIMO DIÁRIO : Cz\$ 45,60  
SALÁRIO MÍNIMO HORÁRIO: Cz\$ 5,70**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PERCENTAGEM DO SALÁRIO MÍNIMO PARA EFEITO DE DESCONTO ATÉ A OCORRÊNCIA DE 70 POR CENTO DE QUE TRATA O ART. 82 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1.º DE MAIO DE 1943. PERCENTUAIS (%)				
	Alimentação	Habitação	Vestuário	Higiene	Transporte
1.a Reg. Estado do Acre	50	29	11	9	1
2.a Reg. Estado do Amazonas, Rondônia e Territ. de Roraima	43	23	23	5	6
3.a Reg. Estado do Pará e Território Federal do Amapá	51	24	16	5	4
4.a Reg. Estado do Maranhão	49	29	16	5	1
5.a Reg. Estado do Piauí	53	26	13	6	2
6.a Reg. Estado do Ceará	51	30	11	5	3
7.a Reg. Estado do Rio Grande do Norte	55	27	11	6	1
8.a Reg. Estado da Paraíba	55	27	12	5	1
9.a Reg. Est. de Pernambuco e Territ. Fed. Fernando de Noronha	55	27	8	5	5
10.a Reg. Estado de Alagoas	56	27	10	6	1
11.a Reg. Estado de Sergipe	53	34	8	4	1
12.a Reg. Estado da Bahia	54	30	10	5	1
13.a Reg. Estado de Minas Gerais	54	28	11	6	1
14.a Reg. Estado do Espírito Santo	51	31	12	5	1
15.a Reg. Estado do Rio de Janeiro	50	25	13	6	6
16.a Reg. Estado de São Paulo	43	33	14	6	4
17.a Reg. Estado do Paraná	55	24	14	6	1
18.a Reg. Estado de Santa Catarina	57	24	13	5	1
19.a Reg. Estado do Rio Grande do Sul	44	24	22	7	3
20.a Reg. Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	49	29	15	7	–
21.a Reg. Estado de Goiás	51	22	21	6	–
22.a Reg. Distrito Federal	50	25	13	6	6

O artigo 21 do Decreto-lei 2.284, de 10-3-86, dispõe que os salários, vencimentos, saldos, pensões, proventos de aposentadoria e remunerações serão reajustados automaticamente pela variação acumulada do IPC, toda vez que tal acumulação atingir 20 por cento a partir da data da primeira negociação, dissídio ou data-base de reajuste. O reajuste automático será considerado antecipação salarial.

## AVISO PRÉVIO - AUXÍLIO-DOENÇA - AFASTAMENTO

O empregado que, durante o prazo do aviso prévio, se afasta por motivo de doença, considera-se em licença não remunerada, com conseqüente suspensão do contrato de trabalho, enquanto durar o benefício.

A suspensão do contrato efetiva-se a partir do 16.º dia de afastamento, quando o empregado passa a receber o auxílio-doença da Previdência Social.

Durante os primeiros 15 dias, remunerados pela empresa, o prazo do aviso prévio flui normalmente, configurando-se interrupção do contrato de trabalho.

Exemplos:

1.º) Aviso prévio de 30 dias, em 01.06. Transcorridos 5 dias de trabalho, o empregado afasta-se por motivo de doença, retornando 60 dias após.

Após o retorno, o empregado trabalhará mais 10 dias, completando os 30 do aviso (5 dias trabalhados + 15 primeiros dias de afastamento + 10 trabalhados após a alta).

A data da baixa na CTPS corresponde à do 10.º dia de trabalho após a alta.

2.º) Aviso prévio de 30 dias em 01.06. Após 18 dias de trabalho, o empregado afasta-se por motivo de doença, retornando 60 dias após.

No exemplo, o aviso prévio está totalmente cumprido. Ao empregado cabe apenas 12 dos 15 dias de afastamento, a título de complemento do período de aviso.

A data da baixa na CTPS é 30.06.

para explicar as medidas tomadas e que garantiram uma manifestação pacífica e ordeira, e anunciar o discurso do presidente Alcides Siqueira Gomes: "Para esta manifestação tomamos todas as medidas necessárias. Para provar que se trata de um evento ordeiro e pacífico comunicamos às autoridades do Estado e Município, quais sejam: ao Sr. Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Segurança Pública, ao Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, ao Secretário de Indústria e Comércio do Município, ao Diretor do Fórum da Comarca, ao Delegado Chefe da Polícia Civil, ao Comando do 4º BPM e ao Comando do Pelotão de Trânsito, todos através de ofícios, justificando os motivos de nossa manifestação e fornecendo a programação do evento.

Em seguida, o gerente da Acim anunciou as palavras do Presidente Alcides Siqueira: "A classe empresarial desta cidade, sensibilizada agradece o apoio e a compreensão que vem recebendo de todos vocês, neste momento de tantas dificuldades.

Queremos reafirmar que não estamos aqui para realizar uma inquisição, nem distribuir acusações e culpas. A classe empresarial maringense, com a solidariedade de todo o País realiza este movimento com o objetivo de alertar às autoridades constituídas sobre a dramática situação em que vivemos, apresentar os problemas, apontando possíveis soluções e reivindicando que sejam ouvidos e atendidos, para que todo trabalho que realizamos não venha a ser corroído por um processo inflacionário e desestabilizador da economia. O principal ponto disso tudo, e que precisa solução urgente, é a questão dos juros bancários que tem levado micro, pequenos e médios empresários a uma situação de insolvência.

Nosso movimento é pacífico. Não estamos incitando revoluções, nem reivindicando transformações que venham ameaçar a estabilidade política, econômica e social desta Nação. Porém também não podemos permanecer inertes ante a todos estes problemas, enquanto nosso patrimônio é ameaçado, o trabalho de toda uma vida é



**A manifestação nas ruas**

colocado sob risco e recebemos ainda a culpa pelo descontrole econômico, como se fossemos os causadores do fracasso do Plano Cruzado.

A iniciativa privada brasileira sofreu um rude golpe nos últimos tempos, alguém tinha que ser, os olhos da população, o culpado pelo descontrole crônico da economia. E esse alguém não poderia ser o Estado, hiperatrofiado e insaciável na sua sede de obtenção de recursos, minado em todos seus segmentos pela guerra de interesses particulares e impatrióticos.

Os empresários privados temem, procuram colaborar, anseiam por resultados positivos, a fim de que processo inflacionário não volte a se instalar e que o sacrifício não tenha sido em vão. Se tivemos que levar a culpa pela situação caótica da economia, no ano passado, e calamos a boca pa-

ra evitar maiores transtornos, se tivemos que pagar de nosso próprio bolso para que o Plano Cruzado tivesse sucesso, não podemos permitir agora que a falta de coragem do governo em tomar posições sérias, que não derrubem o que foi construído.

Não podemos, não queremos e não vamos resolver nossos problemas realizando uma nova inquisição, com acusações, boicotes, agiotagem, sonegação ou terrorismo fiscal. Tão irrevogável quanto a lei da gravidade é a lei da oferta e da procura. E somente com a drástica redução dos gastos governamentais e com produção, efetivamente, poderemos, de forma sólida e decisiva combater o monstro da inflação, que nunca foi eliminado por decreto em parte nenhuma do mundo.

O posicionamento da classe empresarial tem que ser claro neste momento importante da vida nacional... É preciso deixar de lado os temores, as indecisões... É necessário que homens e mulheres da livre iniciativa desempenhem o papel que lhes cabe na formação do pensamento e da filosofia que determinará o modo pelo qual nosso país será administrado a partir da instituição da nova Carta Magna brasileira. Cabe, portanto, à iniciativa privada a grande responsabilidade de, através de exemplos, da produtividade, da eficiência, do trabalho, da ação política junto às suas entidades de classe, demonstrar e provar que a livre iniciativa é a melhor escolha para nosso povo.

E se sabemos, se entendemos que a livre iniciativa é o melhor caminho, como é o melhor caminho a liberdade de mercado, a lei da oferta e procura, a democracia plena, **não podemos permitir que a iniciativa privada faleça, espremida entre juros extorsivos, inflação descontrolada e economia estagnada, recebendo ainda a culpa por tudo isto.**

O desequilíbrio de preços gerado pelo descongelamento parcialmente corrigido por tabelamento e pelo anunciado realinhamento, está causando o estrangulamento de vários setores, comprometendo o processo produtivo como um todo.

No setor público perde-

**GRÁFICA**

**CLICHETEC**

**IMPRESSOS COM A MELHOR QUALIDADE**

**NOVO ENDEREÇO:**

**AV. BRASIL, 4.298 - FONE: 24-9828 - MARINGÁ - PARANÁ**

mos a maior oportunidade, jamais criada, de corrigir sei gigantismo e ineficiência, mediante um processo enérgico de enxugamento e modernização do aparelho estatal. As classes produtoras foram chamadas a colaborar, a produzir, a pagar mais tributos, enquanto o Estado permaneceu desorganizado, gastando todo este esforço concentrado e fazendo-nos voltar à estaca zero ou a uma situação ainda pior.

Na agricultura, a situação atual indica uma queda do produto real, ampliando a descapitalização do setor e comprometendo a oferta a médio prazo.

A principal perturbação para o setor produtivo, e digo isto como um todo, está na instabilidade das regras, na falta de políticas definidas a médios e longo prazo, na contínua intervenção do governo, não poucas vezes com visível teor caustico, criando um clima de incerteza que afeta a normalidade dos negócios e exige investimentos da economia. Mas afugenta não só o investidor estrangeiro como o nacional.

O país não pode permanecer neste caminho de incertezas. Uma política monetária restritiva e gastos públicos em expansão tem elevado as taxas de juros, sem produzir resultados na contenção da inflação. Na área externa, a demora de definição de um acordo com

os credores, além de consequências internas traumatizantes, tornou-se um fator desestimulante ao ingresso de novos capitais, tanto dos imprescindíveis aportes de investimentos de risco, quanto dos menos desejáveis empréstimos. Contribuem para essa inibição, as discussões irracionais sobre radicalização na negociação do serviço, reservas demercedoras e as inquietantes divergências de postura manifestadas pelos próprios membros do Governo.

Finalmente, sofremos, desde a promulgação do Plano Cruzado, a tentativa contínua de distorcer e levar à execração pública a imagem dos empresários, responsabilizando-nos por erros e equívocos que não nos cabem. Culpa-se arbitrariamente o ágio, por exemplo, quando a raiz do problema está num congelamento irrealista em face dos custos de produção e da falta de sintonia de oferta e demanda nos vários mercados. Todo este impasse em que se encontra a economia nacional



Passeata de caminhões em protesto contra os juros

**A VIDA AGORA FICOU  
MAIS DOCE**

projeto stevia.

O Banco do Brasil financiou o projeto, a UEM - Universidade Estadual de Maringá pesquisou e desenvolveu a tecnologia, e a INGA - Companhia de Desenvolvimento Industrial vai produzir adoçantes naturais extraídos de stevia.

Único em todo o Ocidente, esse é um dos maiores empreendimentos da agroindústria brasileira. Assim, o Banco do Brasil, a UEM e agora a INGA transformaram em realidade o projeto de industrialização da stevia

**Bandeirantes**

BANDEIRANTES - INDÚSTRIA E  
COMÉRCIO DE MÓVEIS

Outra empresa do Grupo

**INGA**

INGA - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL  
Rodovia PR-317, km 4, Parque Industrial 2, telefone (0442) 24-4081, telex 0442-165, caixa postal 2010 - CEP 87 060, Maringá, Paraná - Diretor Presidente Raymundo do Prado Vermelho

**supermercados  
Pratas**

economia dia a dia



Matriz:

Av. Carneiro Leão, 706

Fone: 24-4312 - Telex 0442 - 351

CEP 87.100 - Maringá - PR

Lojas:

**MARINGÁ**

Loja 10 - Avenida Duque de Caxias, 559

Loja 18 - Avenida Morangueira, 255

Loja 19 - Avenida Pedro Taques, 1769

Loja 21 - Rua Mitsuzo Taguchi, 1082

Loja 22 - Avenida dos Palmares, 263

Loja 23 - Avenida Dr. Luís Teixeira Mendes, 1720

Loja 25 - Avenida Cerro Azul, 979

Loja 26 - Avenida Brasil, 7225

**PEABIRU**

ENG. BELTRÃO

CIANORTE

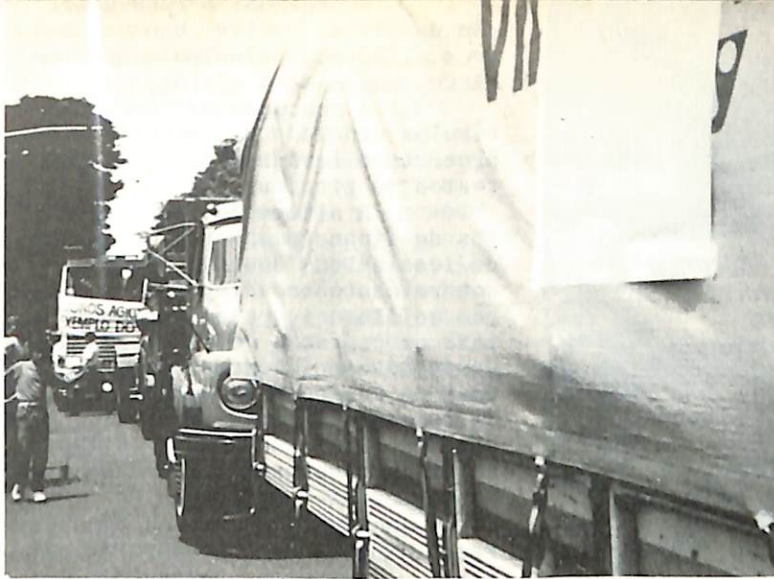
IVAILÂNDIA

PARANAVAI

CAMPINA DA LAGOA

CAMPO MOURÃO

RONCADOR



**Os caminhões desfilando em protesto**

está causando um fortíssimo impacto nas micro, pequenas e médias empresas, e a prolongar-se esta situação o segmento corre o risco de desagregação.

Na primeira fase do Plano Cruzado o pequeno empreendedor exercendo sua característica e poder de iniciativa, foi buscar no aumento da produtividade, no recurso as novas tecnologias e numa agressiva política de vendas, os meios de beneficiar-se da excepcional atividade do mercado, e assim, obter bons resultados. Dessa forma é que as micro, pequenas e médias empresas superaram com vantagens os fatores que perturbaram a produção: tabelamento, congelamento, falta de matéria primas etc.. aos resultados econômicos esse universo de empresas agregou um de seus mais positivos papéis, o de gerador de empregos, com larga absorção de mão de obra intensiva.

Esse quadro, no entanto, desde há alguns meses, começou a apresentar sinais de deterioração e hoje chega a reversão, devido principalmente a problemas de crédito, que passaram a ser inatingíveis com a alta das taxas de juros. Há uma inexplicável relação entre o desempenho das micro, pequenas e médias empresas e o custo do dinheiro. O setor é insuficientemente capitalizado e, para capital de giro, recorre sistematicamente ao mercado financeiro. É uma situação tão marcante que o estatuto das microem-

presas, reconhecendo a importância do apoio creditício a ser oferecido ao segmento, prevê em seu artigo 24 que as microempresas serão asseguradas condições especialmente favorecidas nas operações que realizaram com bancos ou instituições financeiras, inclusive bancos de desenvolvimento e entidades oficiais de financiamento e fomento às empresas de pequeno e médio porte.

Ocorre, que levantamentos realizados pelos departamentos de assistência à Pequena e Média indústria assinalaram, neste mês, agudos problemas de crédito e, o que é mais grave, as linhas de crédito favorecido, há tempo estão desativadas por falta de recursos.

Mais uma vez, portanto, a lei é letra morta e isto, para o setor, significa recessão.

Foi com excelente disposição que o setor empresarial de pequeno e médio porte encarou o Plano Cruzado, adaptando-se às novas condições de produção e comercialização e, para isto, investiu em instalações, máquinas, equipamentos e pessoal, acreditando que tinham sido criadas no Brasil, as condições para acompanhar a tendência mundial de fortalecimento e desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas. Uma das condições fundamentais porém, a do pequeno empreendedor tomar dinheiro no mercado financeiro para melhorar as condições operacionais de sua empre-



**O início do movimento na praça**

sa, falhou, com juros aumentando várias vezes sobre o valor real do financiamento e o elevado custo financeiro inviabilizando os investimentos.

O verdadeiro pesadelo desde empresários tem sido o crédito que, além de inacessível, não é disponível no momentos de aperto.

É claro: quem tomou dinheiro emprestado a 2 ou 3%, para criatividade produtiva e não para especular na ressuscitada ciranda financeira, que condições tem para enfrentar os juros correntes de 30%?

A situação exposta poderia ser interpretada como mais uma choradeira de empresários, se não tivesse uma correta importância do segmento da empresa de pequeno porte na economia nacional. Basta, porém, um simples quadro, para se avaliar o que as micro, pequenas e médias empresas representam: 95% do universo empresarial do País; 70% do trabalho e 40% do valor do Produto Nacional. Calcula-se também com dados do Ministério da Indústria e Comércio, que haja um total de 3,7 milhões de empresas deste porte. E note-se que elas estão distribuídas em todos os setores da atividade econômica: Indústria, Comércio, agricultura, finanças e serviços.

Não há livre empresa, sem a pequena empresa, a grande realidade do Brasil é o pequeno e

## GERMANI - CIA. PARANAENSE DE ALIMENTOS



Sociedade Brasileira de Capital Aberto, concentra larga tradição na economia maringense, onde está instalada desde 1950.

É agroindústria dedicada a elaboração de produtos do milho - importante matéria prima regional - do qual extrai múltiplos derivados para alimentação humana, para rações e variados fins industriais.

ROD BR 376 - KM 119 - FONE (PABX) 22-1140 - TELEX 139 SARANDI .PR.

**ACÇÃO**



**O conselho da mulher puxou a passeata**

80% destas empresas tem menos de 100 empregados.

A indisponibilidade de crédito, agravado pela interferência da burocracia e desatinos do fisco, levará o setor a se refugiar novamente na economia invisível, ou informal. Esse tipo de economia clandestina, também conhecida como subterrânea, é uma resposta à insensibilidade burocrática. Segundo dados do IBGE, existem indicadores de que o setor informal teria uma força de mão-de-obra em torno de 10 milhões de pessoas, o equivalente a 20% da força de trabalho do país.

Durante anos houve um esforço conjunto do governo com entidades privadas, como o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa, Ceag, as Confederações e sindicatos empresariais, no sentido de viabilizar programas em favor do setor produtivo de menor porte, visando aflorar ao mercado legalmente instituído. Todo esse esforço corre o risco de perder-se, e, com ele, as boas intenções dispostas.

Por tudo isso, companheiros e companheiras, é que não podemos continuar de braços cruzados vendo o país desagregar-se

ante a indesejada governamental, os juros destruírem todo este trabalho e a economia ser transformada num instrumento político de objetivos escusos,

Temos a responsabilidade desde país a pesar sobre nossos ombros, afinal, nós, empresários, de pequeno, médio e mesmo grande porte, somos o sustentáculo desta Nação, e não podemos permitir que a ingerência e a incompetência nos façam marionetes nas mãos do governo.

Nosso objetivo é claro: temos que encontrar soluções rápidas e decisivas para tudo isto, e por isto estamos aqui, em praça pública, demonstrando nossa força.

A Associação Comercial e Industrial de Maringá, juntamente com todas as demais entidades que a apóia, e que entendem a gravidade da situação, quer reiterar neste momento as sugestões que vem fazendo há dias ao governo, para uma solução deste impasse. Nossas sugestões estão perfeitamente dentro da realidade e não trazem em seu bojo a demagogia a que estão acostumados nossos governantes, talvez por isso, até o momento não tenham sido aceitas.

SUGERIMOS: A renegociação da dívida pelos bancos com seus clientes, principalmente os micro, pequenos e médios.

A sustação da remessa de títulos vencidos a cartórios de protesto e levantamento de protestos já tirados.

A alteração dos contratos de financiamentos e operações de leasing que contenham cláusula determinante do valor da prestação ou aluguel, pela flutuação da taxa de captação do CDB e taxa de variação cambial do dólar, para taxa de variação da OTN, corrigida semestralmente.

E, finalmente, dilação dos prazos de pagamento dos financiamentos e operações de leasing, que possibilitem uma recuperação financeira das empresas.

Queremos, portanto, medidas de urgência, pois assim, agindo o Governo estará protegendo milhares de empregos e evitando o fechamento de inúmeras empresas.

Muito Obrigado!

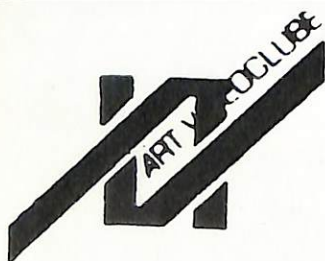
CAMINHADA CONTRA JUROS

Em seguida ao discurso do Presidente da ACIM, o mestre de cerimônias, Carlos Previdelli, convidou a multidão que se comprimia na praça a realizar uma caminhada em protesto contra os juros altos: "Companheiros, faremos agora uma caminhada como ponto culminante de nossa manifestação. Sairemos desta praça, caminhando pela Avenida Brasil, Avenida Duque de Caxias, Avenida XV de Novembro, Avenida Getúlio Vargas e retornando aqui à Praça Rapposo Tavares para outras orientações sobre o movimento que durará todo o dia.

Este é um momento histórico para Maringá, pois, pela primeira vez a classe empresarial se manifesta unida, numa caminhada em praça pública.

Avante companheiros!

A caminhada classe empresarial foi realizada sem maiores problemas, contando inclusive com a supervisão do Pelotão de Trânsito local, que colocou batedores a disposição dos manifestantes. Além de todos os populares que se encontravam na praça participando das atividades, es-



## ART VIDEOCLUBE DE MARINGÁ

Locadora de vídeo-filmes e cartuchos de vídeo-games

TODAS AS EMOÇÕES DO MUNDO!

Em breve o artcheque, o seu vídeo de bolso

Rua Arthur Thomaz, 266 - Fone: 23-0570 - Maringá - Paraná

tiveram presentes na caminhada os deputados estaduais Lindolfo Luis Silva Junior e José Alves dos Santos, o secretário de indústria comércio do Município, João Preis, e outras autoridades, além, é claro, de centenas de empresários de pequeno médio e grande porte.

Após a caminhada, realizada com grande sucesso, o Dr. Previdelli encerrou a manifestação: "Empresários, precisamos dar continuidade ao nosso movimento. Temos informações de que a sugestão partida de Maringá já conta com apoio de diversas cidades do Estado, que só não estão reali-

zando movimentos semelhantes por absoluta falta de tempo. A Federação das Associações Comerciais do Paraná, deu integral apoio à manifestação e se comprometeu a convocar toda classe do Paraná para manifestação a nível estadual e Federal.

Importante é que as autoridades saibam que estamos descontentes, que a classe empresarial de Maringá existe, é unida, é forte. Por isso estamos pedindo que ainda hoje, cada um de vocês envie ao Presidente da República um telegrama, ou mesmo telex manifestando seu descontentamento pelos juros altos e pedindo pro-

vidências do governo. Já sabemos que mais de duzentos telegramas foram enviados, mas precisamos de um número bem maior.

Previdelli ainda salientou o apoio recebido de outras partes do País, citou a manifestação da Confederação Nacional dos Diretores Lojistas, através de seu presidente, Milton Reis, falou do manifesto que classe faria de todo movimento (divulgado abaixo nesta edição) e encerrou: "Finalizando, companheiros, faço uso das palavras do ilustre e saudoso Presidente Tancredo Neves: Não vamos dispersar."

## O DOCUMENTO

COMO RESULTADO DA MANIFESTAÇÃO OS  
OS EMPRESÁRIOS ELABORARAM UM  
DOCUMENTO ENVIADO A TODAS  
AUTORIDADES DO PAÍS

A Classe Empresarial de Maringá, através de 15 entidades que subscrevem este documento quer, publicamente, manifestar seu descontentamento às autoridades constituídas deste país, com relação ao pesado ônus do desgo-

verno, das dúvidas internas, da falta de diretrizes básicas para uma economia sólida, dos juros altíssimos, que estão sacrificando sobremaneira as empresas, principalmente as micro, pequenas e médias.

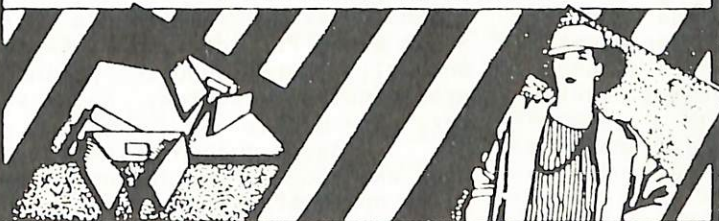
Procuramos sempre, por todos os meios, criticar construtivamente e sugerir ao governo medidas concretas que possibilitem uma estabilização da economia, não nos tornando vulneráveis a quaisquer pequenos percursos que se colocassem no caminho desta nação.

Recentemente ouvidos do Senhor Presidente da República que aqueles que criticam são inimigos da Nação. Discordamos, pois sempre que criticamos, procuramos concomitantemente apresentar soluções em propostas viáveis as quais, uma vez aplicadas poderiam minorar o impacto dos fatos adversos que vem assolando a classe empresarial e a população como um todo.

Sempre na vanguarda dos acontecimentos, procuramos, não

# Casas Ajita

3 Décadas no Norte do Paraná



CALÇADOS E CONFECÇÕES



CALÇADOS

Av. Brasil, 3615

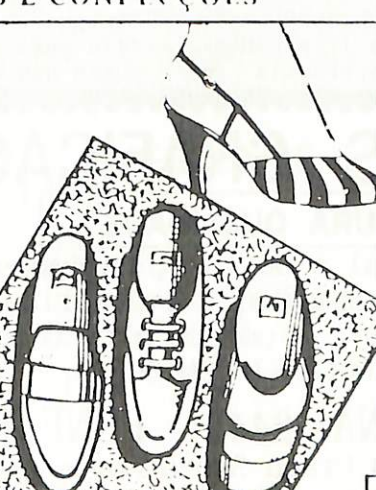
Fones: 22 5515 22 5330

Maringá - Pr

Rua Souza Naves, 1630

Fone: 22 0062

Paranavaí - Pr



## BORTOLOTTTO

COMÉRCIO DE TRANSPORTES  
COM GUINDASTES LTDA.

MATRIZ (DDD 0442) 24-7673

Carga e Descarga - Montagem Industrial  
Transportes Pesados

MATRIZ: Av. Prudente de Moraes, 905

CEP 87100 - (CGCMF) 77269447/0001-95

Levantamento de Postes e Super-Postes

Caixa Postal 1402 - MARINGÁ - Paraná

Serviços de Guincho em Geral

FILIAL (DDD 0432) 27-2034 - 27-2237

FILIAL: Avenida Tiradentes, 2.047

CEP 86100 - CGC 77 269 447/0002-76

LONDRINA - Paraná

RENOVADORA DE PNEUS  
BORTOLOTTTO  
LTD.

RECAUCHUTAGEM  
VULCANIZAÇÃO  
E RESSOLAGEM DE PNEUS

Reabertura do comércio em 19 de Dezembro  
CEP 87100 - Maringá - Paraná

## BORTOLOTTTO

construções e incorporações Ltda.

AVENIDA PRUDENTE DE MORAES, N.º 905

FONE: (0442) 25-1062 - CEP 87020

através de exercícios de futurologia, mas embaixados em acontecimentos reais, apresentar ao Governo Federal propostas reais, factíveis, sem, contudo, tenhamos sido ouvidos em alguma dessas proposições.

Tanto se criticou os governos anteriores que agiam à revelia do povo, que não escutaram as propostas e anseios das classes representativas do País, que se apresentavam marcas aos legítimos reclamos e agora passamos a assistir exatamente as mesmas atitudes por parte do governo que se intitulou "NOVA REPÚBLICA", mas que de novo nada apresentou até então. Faz das execráveis práticas antigas as suas práticas, lê pela mesma Cartilha dos antigos governos autocráticos. Não queremos fazer apologia à "VELHA REPÚBLICA", mas apenas cobramos as propostas feitas em parlanches, em inflamados discursos que arrastaram massas às ruas, hoje, estas mesmas massas que estão sendo aferrolhadas pelas mãos do governo que tem se mostrando insensível e irreal.

Revivendo o que a classe empresarial de Maringá empreendeu até então, recordamos que já em julho de 1986, quando o governo e povo desfrutavam as benesses da "Lua de Mel" do Plano Cruzado, já se questionava a validade deste Plano Econômico e, em telex enviado às principais autoridades deste País, dizíamos que o setor privado era o único que tinha se adaptado à nova realidade econômica, enquanto o setor público continuava absolutamente sem controle, gastando sem necessidade, erroneamente, aumentando o déficit público e comprometendo a estabilidade do Plano Econômico, movido tão somente por interesses eleitorais, já que as eleições de 15 de novembro se aproximavam e a boa regra da autocracia mandava que não se participasse apenas do governo como parcela política, mas sim se abocanhasse o bolo todo, exercendo o mando absoluto, sem participação, totalitariamente.

Fizemos uma avaliação do Plano Cruzado, cento e vinte dias após o seu nascimento e apontamos ao Governo Federal o que deveria ser alterado. Como sempre não fomos ouvidos.

Já no mês de agosto de 1986 convidamos o Ministro da Fazenda, Dilson Domingos Funaro, para vir debater com a classe empresarial maringaense o Plano Cruzado, sendo que o mesmo em vários contatos telefônicos mantidos com a Associação Comercial e Industrial de Maringá, ACIM, disse que estava disposto a vir a esta cidade debater com a classe empresarial, não tendo, entretanto, comparecido.

Ainda no mês de agosto de 1986, o Governo Federal foi alertado que o mercado já se ressentia da falta de vários bens de consumo e isto se dava em razão da falta de um realinhamento de preços e descongelamento gradual que possibilitasse a volta da produção, inibindo o ágio e reabastecendo o mercado. Dissemos que isto era necessário para não se perder a condução da economia, o que poderia certamente, ter evitado esta explosão dos preços que o governo teima em afirmar que tenha sido na ordem de 25 a 30%, quando sabemos de setores que já acumularam mais de 400% de aumento, após o descongelamento dos preços. Novamente não se deu ouvidos. Dizendo-se que a classe empresarial estava apenas querendo defender seus interesses sem atentar para a população como um todo.

Trouxemos a esta cidade em setembro de 86, o jornalista econômico da Folha de São Paulo, Luis Nassif, o qual proferiu palestra para a classe empresarial local, analisando aquela época, os seis primeiros meses de vida do Plano Cruzado. Fomos então informados dos novos pacotes do governo, esclareceu-se a classe empresarial dos rumos que estavam tomando a economia e da inevitabilidade do que agora estamos presenciando, eis que o governo não tomou nenhuma medida concreta para quebrar a cadeia dos acontecimentos que graria esta situação insuportável que estamos assistindo.

Em artigo que mereceu destaque na imprensa nacional, o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá, escreveu as "10 Promessas não Cumpridas pela Nova República" destacando que o governo iria pautar pela absoluta transparência em

todas as suas contas e esmero na apuração de seus números; zerar o déficit público; que nada iria subir de preços; que as taxas de juros no mercado interno seriam reduzidas; que os impostos não seriam aumentados; que não haveria interferência no mercado de ações; que a Nova República faria um rateio dos recursos fiscais e concederia mais dinheiro para os Estados e Municípios; que seria feita uma reforma administrativa no setor público; que o governo da Nova República não lançaria mão de Decretos-Lei, típicos instrumentos da ditadura militar; que haveria um verdadeiro incentivo à produção, principalmente no setor privado. Desnecessário dizer que nenhuma dessas promessas foi cumprida, não porque fosse impossível cumprí-las, mas sim, porque não se teve interesse em tomá-las exequíveis, já que interesses outros, principalmente eleitores sempre falam mais alto.

No mês de novembro quando veio à lume o Cruzado II, aumentando tributos, criando o compulsório, que, segundo o governo, tinham o objetivo de frear a explosão do consumo, a classe empresarial de Maringá, provou, em documento enviado ao Presidente da República, que na realidade estava havendo apenas uma recuperação parcial da economia aos níveis de anos anteriores, e não uma explosão de consumo. O parque industrial brasileiro estava aparelhado para produzir mais, o mesmo não se podendo dizer dos serviços oferecidos pelo Governo, tais como energia, comunicações, vias de escoamentos de produção etc.

Ainda em novembro, quando as taxas de juros atingiram patamares de 6 a 8% mensais, enviamos telex ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco Central, protestando e pedindo providências urgentes. Nada se fez, nada mudou.

Agora quando atingimos a este estágio que muitas empresas já se apresenta insuportável, o qual foi fortemente agravado nos últimos 60 dias, voltamos a insistir com as autoridades federais para que tomem providências antes que aconteçam falências em

## MICHEL ARTES GRÁFICAS LTDA.

SE VOCÊ PROCURA QUALIDADE ...

Impressos: comercial e de luxo, carimbos, cartões de visita, convites de casamento, aniversário, bodas de Prata, de Ouro, etc. Tudo em alto relevo.

TIPOGRAFIA EM GERAL

AVENIDA DA LAGUNA, 2449 - FONE: (0442) 22-6410  
na Vila Operária, próximo à Praça Souza Naves em Maringá, Paraná



Gráfica  
Santo  
Antonio

massa, desemprego, recessão, instabilidade econômica e política no País.

Deixa-nos indignados ver o Governo apático diante de tamanha instabilidade; dá-se ênfase à dívida externa, quando nosso problema é a dívida interna. Nenhum setor produtivo, em sã consciência tem coragem de investir ante crucial incerteza. Não se sabe o que acontecerá amanhã. Há a impossibilidade de se planejar, pois não foi até agora oferecida uma linha mestra de governo, na qual todos possam confiar e por ela pautar suas ações. Movimentos, greves, protestos, atos de insatisfação espoucam por todo nós, e nem isso sensibiliza a classe governante.

A classe política perde precioso tempo resolvendo questões, olvidando-se do manancial de problemas, como se governantes e políticos estivessem vivendo numa ilha da fantasia, longe dos problemas, afasta dos clamores do povo, insensível à dura realidade por que passa a Nação.

O país todo, aqui incluídos governantes, políticos, empresários, trabalhadores, agricultores, clero, povo, precisa falar a mesma língua, precisa saber que o momento é difícil, que a situação é crítica, que o barco da Nação precisa vencer a turbulência e para tanto precisa de um timoneiro sagaz e persistente. Isso é o que pedimos do Senhor Presidente da República, que con-

duza os destinos desta Nação, que demonstre segurança em seus atos, que apresente propostas concretas nas quais o povo possa se firmar.

Queremos, portanto, sugerir:

1- Que seja efetiva e definitivamente estabelecida uma diretriz econômica sólida, um Plano de Estabilização Econômica firmado em propostas exequíveis e baseados na realidade do País. Que estas diretrizes sejam transparentes, afim de que possibilite planejamento e definições às classes produtoras;

2- Que o Governo se utilize de todos os meios para baixar a inflação a patamares suportáveis. Não estamos falando da utópica "inflação zero", mas em níveis que possibilitem a expansão, a produção, o crescimento econômico, a efetiva distribuição dos lucros.

3- Que o governo, utilizando-se de mecanismos próprios faça baixar os juros aos níveis que mundialmente são conhecidos, ou seja, a valores inferiores à inflação, pois assim funciona a economia. Não podemos admitir que o Brasil tenha taxas de juros positivos, enquanto que na grande maioria dos países os juros sempre se portaram em taxas negativas.

4- Que haja uma efetiva diminuição de gastos públicos. Gasta-se exagerada e erroneamente. Assistimos diariamente um derramamento inútil de dinheiro

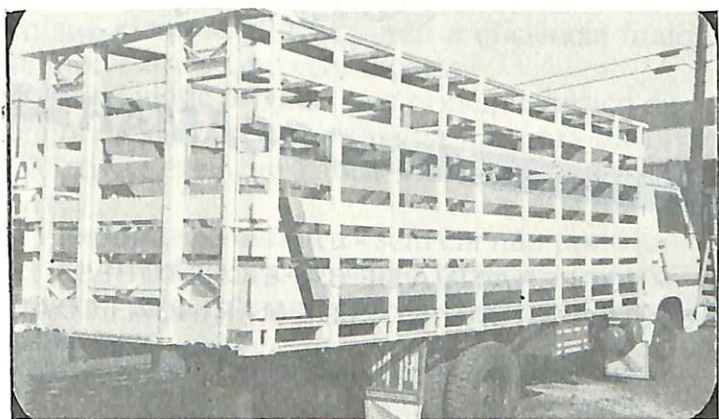
público, sem necessidade, sem contrapartida. O setor público está inchado de funcionários (basta ver os 5.200 funcionários do Senado Federal) que não são necessários; o governo gasta exageradamente em publicidades, e aqui incluímos tanto o setor federal, quando o estadual, como municipal. É necessário tomar medidas enérgicas que visem estancar o excesso de gastos...

5- Que haja um efetivo combate ao déficit público, ou seja, que o governo coloque a casa em dia, salde seus compromissos internos, a fim de que volte a normalidade, sem a necessidade de ficar emitindo dinheiro novo e captando no mercado financeiro a juros elevados.

6- Que o governo promova um efetivo aumento dos investimentos nos setores básicos, a fim de minorar as deficiências. Que os recursos do FND sejam efetivamente utilizados nestes setores a fim de reaquecer a economia, o que possibilitará maior efeito de empregos, geração de mais tributos, enfim, melhor distribuição de riqueza.

7- Que os contratos de operação de leasing e financiamento de capital de giro sejam concedidas dilatações de prazo de pagamento; possibilidade de renegociação com os bancos, e alteração dos contratos firmados a base de taxa de inflação da captação das CDBs para a variação semestral das TNNs (Obrigações do Te-

## CARROCERIAS MASSON



MASSON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE  
MADEIRAS LTDA

AVENIDA COLOMBO, KM 130  
FONE: (0442) 24-2465 E 24-2631  
Cx. POSTAL 1155 - CEP 87.020

MARINGÁ - PR.



MALHAS  
3 IRMÃOS  
INDÚSTRIA  
E COMÉRCIO

*Roupas Profissionais  
bordados ou plastificados  
Macacões  
Conjuntos e Guardapós*



Av. Brasil, 1.210- Fone: 22-3110  
MARINGÁ

souro Nacional).

8- Que o governo possibilite uma transparência de seus atos e demonstre no que vai investir ou gastar.

que ofereça à agricultura preços mínimos justos e compatíveis com os gastos efetuados pelos agricultores.

10- Que as AGFs e EGFs sejam pagas à vista.

11- Que haja construção urgente de novos armazéns para abrigar as safras sempre crescentes, (apenas dos percursos e dificuldades) que a área agrícola vem oferecendo à Nação. Que o go-

verno ofereça também incentivos a iniciativa privada a investir neste setor.

12- Que sejam oferecidos aos agricultores taxas de juros financiamento de custeio, compatíveis. Contestamos o fato de que seja oferecido aos agricultores do sul taxas de juros em níveis superiores àquelas oferecidas ao Nordeste. Se é aqui que mais se produz, porque serem os juros mais altos?

13- Que a Rede Ferroviária Federal S/A coloque a disposição desta região mais vagões para escoamento da safra agríco-

la, já que será impossível fazer todo o escoamento por vias rodoviárias.

Queremos ser ouvidos e atendidos, por isso é que apresentamos esse manifesto aos governantes e a toda classe política.

Estamos dispostos, como sempre tivemos, a enfrentar duros percursos com resignação e luta, nós queremos que nossas sugestões sejam acolhidas pois elas traduzem os anseios da classe empresarial destacada e região.

(N.do R. o documento é assinado por 15 entidades de classe)

# PNEUMAR

## RIBEIRO S/A - COMÉRCIO DE PNEUS

MARINGÁ - PR - AV. SÃO PAULO, 829 - CX. POSTAL 71 - TELEFONES: (0442) 22-1066 E 22-1234 - TELEX (0442) 247	
UMUARAMA - PR - PRAÇA MIGUEL ROSSAFÁ N.º 5566 - TELEFONES: (0446) 23-3541 E 23-3561 - TELEX (0446) 696	
CASCADEL - PR - RUA 13 DE MAIO N.º 1424 - TELEFONES: (0452) 23-0341 E 23-7562 - TELEX (0452) 344	
C.MOURÃO - PR - AV. CAPITÃO ÍNDIO BANDEIRA, 385 - TELEFONES: (0448) 23-1141 E 23-1822 - TELEX (0448) 726	
LONDRINA - PR - AV. BRIGADEIRO LUIZ ANTONIO, 445 - TELEFONES: (0432) 24-5959 E 24-6296 - TELEX (0432) 487	
C. GRANDE - MS - RODOVIA BR 163 - km 02 - N.º 4454 - TELEFONES: (067) 387-2984 E 387-2893 - TELEX (067) 3048	
P. PRUDENTE - SP - AVENIDA BRASIL N.º 2508 - TELEFONES: (0182) 33-5478 E 33-5038 - TELEX (0182) 537	
GUARAPUAVA - PR - AVENIDA MANOEL RIBAS N.º 2950 - TELEFONES: (0427) 23-3491 E 23-3694 - TELEX (0427) 001	
CURITIBA - PR - RODOVIA BR 116 - km 01 - N.º 12804 - TELEFONES: (041) 278-5290 E 278-5291 - TELEX (041) 2435	

**Firestone**

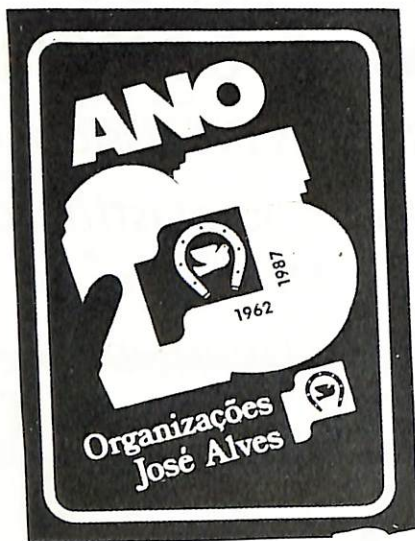


**PIRELLI**

# AlôBrasil



MARINGÁ - PR - R. Montevade, 25 - Zona 10 - CEP 87.040  
Fones: (0442) 23-2266/ Telex: (0442) 103



# BocaQuente



- LUGAR DE BONS NEGÓCIOS  
MARINGÁ - PR - Av. Brasil, 7035 - Zona 5 - CEP 87.015  
Fones: (0442) 24-3982/24-3060/24-6770/24-5928 - Telex: (0442) 373/390



## COCAMAR

COOPERATIVA DE CAFEICULTORES  
E AGROPECUARISTAS DE MARINGÁ LTDA.

\*\*\*

ENTREPOSTOS

São Jorge do Ivaí, Pérola, Altônia, Paranacity, Paracatu, Bossa-d. Floresta, Doutor Camargo, Ipoja, Florai, Paranaíba, União de Maringá, Nova Esperança, Atalaia, São Jorge do Patrocinio, Bairro Catarinense (Francisco Alves), Paraíso do Norte.

PARQUE INDUSTRIAL

Indústria de Extração de Óleo de Soja (1600 toneladas/dia), Indústria de Extração de Óleo de Carço de Algodão (400 toneladas/dia), Fiação de Algodão (20 toneladas/dia), Indústria de Fabricação de Garrafas e Tampas Plásticas (140.000 unidades/dia), Indústria de Envase de Óleo de Soja (120.000 toneladas/dia), Máquinas de Beneficiamento de Café, Usinas de Beneficiamento de Algodão.

# Não há liberdade política sem liberdade econômica.

Numa democracia, o povo, através de representantes eleitos - os constituintes -, estabelece um conjunto de normas que organizam o sistema de governo, definindo e limitando os poderes necessários à sua função e garantindo os direitos individuais. É a Constituição.

Os direitos e liberdades individuais representam desejos básicos do povo - princípios que somente podem ser oferecidos no sistema de Livre Iniciativa, pois nunca, na história do Homem, se viu uma sociedade politicamente livre que não se baseasse num sistema econômico livre.

Para que o sistema de Livre Iniciativa se realize em sua plenitude, alcançando a eficiência maior, são necessárias cinco condições:

**1. Propriedade privada** - é o princípio básico da democracia, inerente à própria natureza da Livre Iniciativa e essencial à auto-sustentação do homem livre;

**2. Liberdade econômica** - sem ela não pode haver Livre Iniciativa, pois não haveria o direito de cada um dispor de suas propriedades conforme lhe conviesse;

**3. Sistema livre de preços** - os preços são estabelecidos conforme o livre jogo dos fatores de oferta e

procura. De que vale existir propriedade privada e liberdade econômica se as transações não podem ser feitas de acordo com as necessidades de compradores e vendedores?

**4. Lucro** - é o motor da Livre Iniciativa, fornecendo incentivo para as pessoas trabalharem, produzirem, criarem, investirem. Sem a perspectiva de lucro, ninguém teria motivo para aplicar tempo e dinheiro

num negócio, assumindo ainda o risco de fracassar.

**5. Livre concorrência** - é a livre concorrência que leva as empresas a procurarem sempre elevar sua qualidade e reduzir custos e preços para se desenvolverem e progredirem. Além de ser o fator de eficiência do sistema, a livre concorrência ampara e beneficia o consumidor.

Como você vê, a Livre Iniciativa não pode dispensar nenhum destes princípios. Se você deseja que o Brasil seja um país livre, próspero e democrático, deve lutar por eles. A hora é agora, que a nova Constituição está sendo discutida. Participe dos debates, defendendo os princípios da Livre Iniciativa na nova Constituição brasileira. Você estará defendendo, assim, o seu direito de trabalhar, empreender, criar, produzir, determinar suas idéias políticas e religiosas, eleger seus governantes - o seu direito de ser livre.

**O sistema de Livre Iniciativa é a base da democracia.**

**Contribuição ao debate da nova Constituição.**

**MOVIMENTO NACIONAL PELA LIVRE INICIATIVA.**

Coordenação do Conselho Nacional de Propaganda e participação deste veículo de comunicação.

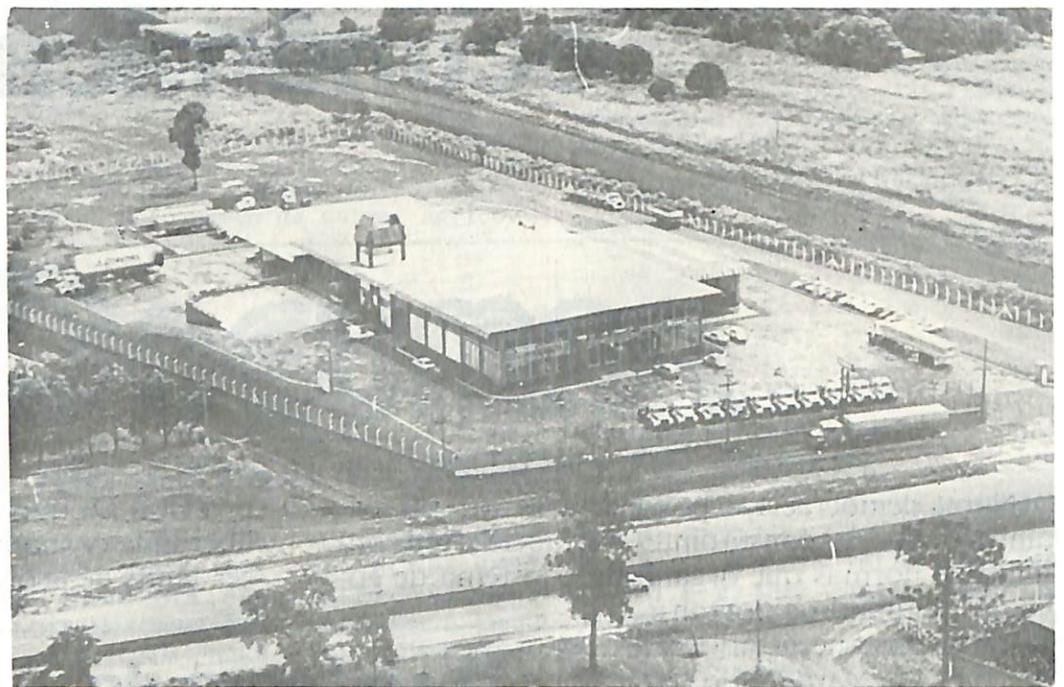
# Rivesa inaugura

Em concorrido coquetel que reuniu expressivas figuras da nossa sociedade, entre ilustres convidados, foram inauguradas as novas, amplas e funcionais instalações da RIVESA - Ribeiro Veículos S. A., na noite de terça - feira. Da saudação dos visitantes ao coquetel, muita coisa aconteceu, culminando com o filme histórico da família Ribeiro, que conta a marcha vitoriosa de Francisco Feio Ribeiro, que aqui chegou em 1946. Uma festa que reuniu mais de mil convidados, com a presença do Buffet Royal, que premiou a todos com um excelente coquetel. Ao final dos discursos e inauguração de placa, um desfile singular de 14 robustos caminhões VOLVO, ao lado de 3 possantes jamantas Volvo, de propriedade da Pneumar. E como sempre acontece, a participação de Francisco Feio Ribeiro, iniciador do complexo empresarial Ribeiro, que envolve a Pneumar/Rivesa/Rivemat, fazendas e imóveis, foi das mais notadas, ele que é um benemérito da cidade-canção.

## ORADORES

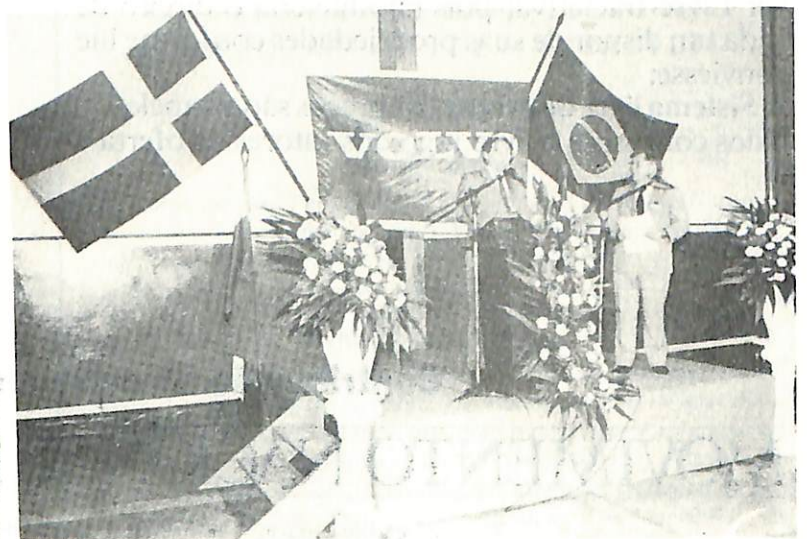
J. Pedro Corrêa, Gerente de comunicação da Volvo, deu início à cerimônia de inauguração da nova Rivesa, agradecendo a presença de todos, e cumprimentando a família Ribeiro, por mais este vitorioso investimento que orgulha o Paraná. Convocou Mats Ola Palm, presidente da VOLVO DO BRASIL para fazer uso da palavra.

Em seu rápido discurso o Presidente da Volvo disse do seu orgulho em partilhar de importan-



te inauguração, agradecendo o trabalho desenvolvido pela Família Ribeiro. O orador seguinte foi Gunnar L. Johansson, presidente mundial da Volvo que, com emoção disse do seu contentamento em participar de tão agradável evento, o que, sem dúvida, é um orgulho para a família Volvo do Brasil. Cumprimentou a diretoria da Rivesa, formada pelos empresários: Francisco Feio Ribeiro, Francisco Feio Ribeiro Filho, Edson Feio Ribeiro e Carlos Alberto Feio Ribeiro, desejando pleno sucesso, no Paraná e Mato Grosso. Alexandre Balestri, diretor de comunicações da ABRAVO, também fez uso da palavra, para saudar a diretoria da Rivesa, pelo excelente relacio-

namento que mantem em todos os níveis, orgulhando sobremaneira a ABRAVO - Associação Brasileira de Revendedores Volvo. O Diretor - superintendente Francisco Feio Ribeiro Filho, em nome de seu pai e irmãos, falou da expansão da empresa, que atua no Paraná e Mato Grosso, com vários empreendimentos. Fez menção especial a seu pai, creditando a ele o sucesso e a caminhada vitoriosa da empresa. Agradeceu a presença da Diretoria da Volvo, bem como a seus auxiliares pela presença, mas também pela eficiência e cavalheirismo com que atendem a todos, em especial aos revendedores dos produtos Volvo.



# novas instalações

## FILME HISTÓRICO

Após as saudações, foi mestrado um filme histórico sobre as atividades do Grupo Ribeiro, começando das primeiras atividades do empresário Francisco Feio Ribeiro, em 1946, em plena selva maringense, onde o que valia mesmo era a força de vontade. Em meio ao filme, várias fases da expansão do Grupo Ribeiro, que envolve várias filiais da Pneumar; Rivesa, Rivemat, fazendas e imóveis.

## PRESENCAS

Para marcar de forma brilhante o significativo evento, notada a presença de figuras ilustres do mundo sócio - econômico - financeiro - industrial. Por parte da Volvo do Brasil, faziam - se presentes: Gunnar L. Johansson, presidente da AB Volvo; Mats Ola Palm, presidente da Volvo do Brasil; Oswaldo Tuacek, diretor - comercial; Hugo Van Beheghem, diretor - industrial; J. Pedro Corrêa, gerente de Comunicações; Luiz Carlos Pimenta, gerente de Distribuidores; Salvador Porres, Gerente de Planejamento do produto; José B. Carrelhas, gerente Pós - vendas; Francisco Valério Junior, gerente - operacional; Valny de O. Costa, supervisor de operações; Francisco Cuadra, supervisor regional. Presentes também: Osvaldo Moraes Correa, Paulo Trisóglia do Nascimento, Reynaldo Redher Ferreira, da diretoria da Cocamar; John Theodoro Lampe, presidente, e Hamilcar Adyr Biazetto, Diretor regional da FIRESTONE; Valter Luiz Dias, Inspetor-técnico-comercial e Ramão M. Ruiz Dias, chefe de Vendas, da PIRELLI, Emerson P. Johanson, representante Distrital, da SCANIA, acompanhado do diretor Fernando dos Santos, de IRMÃOS LOPES, de Londrina; Fernando Campinha Garcia Cid, diretor - presidente; José Eduardo de Carvalho Chaves, Assessor da Diretoria; Gildo de Almeida Franco, Gerente de Manutenção; Nelson Antonio Ribeiro, Gerente da filial de Maringá; da Viação Garcia; Eliezer Hernandez, diretor e Ezio Ivan Secco, Gerente geral de vendas, do JABUR - PNEUS (Londrina) Shiniti Ueta, diretor do Grupo Ueta; Edgard Osterroth e sua mãe Elfe; Fernando Augusto Vieira e esposa Maura; Dinôh Hundzinski e esposa Ana, da ARCONTEC, Guido Germani, diretor do Grupo GERMANI; Pedro Granado Martines,

presidente do Grupo ELDORADO; Secretário Aristides Contessotto (e esposa) representando o Prefeito Said Ferreira; Amorim Pedrosa Mo- leirinho e seu irmão Virgolino, diretores do Grupo CENTRAL; Rivair Bérnago, gerente do BANES - PA, Adilton Cirico, gerente da Rivemat - Campo Grande; Hélio Martins, gerente administrativo da PNEUMAR; Ambrósio Aparecido Brambila (Campo Mourão), Pedro Radir Pereira e Sebastião Oliveira (Londrina), Valdemar Salvador e esposa Marlene, de (Presidente Prudente), Nivaldo Luiz Zanata e Benedito Zampieire (Cascavel), Antonio Kusta (Guarapuava) e José Rogério Favareto (Maringá) todos gerentes Pneumar; entre outros.

## B-10-M O ÔNIBUS DO FUTURO

Em meio a inauguração a VOLVO mostrou um filme comercial, destacando o novo lançamento: B - 10 - M, chamado de ônibus do futuro, ressaltando suas qualidades, da perfeita técnica empregada ao mais sofisticado conforto para seus usuários. Com capacidade para 46 lugares, indo até a 52, o B - 10 - M, oferece nova opção de mercado para as empresas de transporte coletivo

## EQUIPE RIVESA

Sob a direção de Edson Feio

Ribeiro, uma competente equipe de auxiliares desenvolve o máximo em bons serviços na linha de peças, serviços e atendimento Volvo, a saber: Antonio Carlos Sencio Paes, gerente de vendas; Vanyr Berti, gerente administrativo /financeiro; Francisco de Paula Manoel, gerente de Peças; Luiz Cláudio da Silva, assistente da Diretoria, David F. de Farias, Alvaro P. de Carvalho, Kazuo Okuzono, Roberto Pickina, Luiz A. Delágua, Evaldo J. da Costa, da equipe de vendas, além de outros profissionais do mais alto gabarito, que dedicam especial atenção à clientela RIVESA.

## RIVESA 4.100m2 DE CONFORTO

Implantada em terreno de . . . . 56.000m2, a nova RIVESA conta com 4.100m2 de área construída e 14.000m2 de pátio pavimentado, devendo brevemente construir mais 1.100m2 em área reservada para refeitório, depósito e sala para motoristas. O projeto é de autoria do arquiteto Edgard Osterroth, diretor da ARCONTEC- construções técnicas Ltda. É considerado como um dos mais revolucionários, tendo grande flexibilidade para futuras ampliações, sem que haja comprometimento de beleza de sua arquitetura. Nesse particular, a equipe da ARCONTEC teve excelente desempenho, inovando em termos de construção.



# O PROTESTO DE LONDRINA

É ocioso repetir que o custo do dinheiro no Brasil atingiu a níveis escandalosos nos últimos meses. Acredita-se que as autoridades econômicas do país tenham consciência de que as atuais taxas de juros constituem-se no mais dramático estopim da bomba inflacionária. Tendo como causa a expectativa de inflação futura, a abusiva taxa de juros praticada no mercado financeiro poderá gerar a inflação que lhe deu causa antecipada. É uma das mais altas taxas de juros havidas em qualquer parte do planeta desde que Cristo pisou na terra, e sobre ela nada há que comentar, portanto extrapolou qualquer patamar lógico, digno de análise.

Não se pode, todavia, deixar de gritar em alto e bom som contra as sequelas que tais juros deixarão na terra arrasada por seus eleitos. O governo precisa se dar conta, urgentemente, de que o congelamento de preços esta sucumbindo por completo face aos custos de produção que explodem ante o custoso dinheiro. O Plano Cruzado tinha como premissa fundamental a manutenção do custo do dinheiro em níveis suportáveis, ainda que acima dos parâmetros internacionais. Como pode alguém acreditar em estabilidade de preços num país onde as taxas de juros para a produção passam de 2 para 14% ou mais ao mês?

Além do efeito deletério

sobre as metas de congelamento e a inflação, as taxas de juros no Brasil esmagam avassaladoramente as milhares microempresas que se implantaram na esteira da expansão do consumo motivada pelo Plano Cruzado. Chamamos a atenção do governo para o fato de que as tais taxas e que tais empresas, sejam micro ou não, formarão fila nos guichês dos inadimplentes bancários, muitas das quais cerrando definitivamente suas portas, contribuindo para o calote nacional, para o desemprego e a queda da produção. As que conseguem sobreviver a essa hecatombe financeira, jamais terão condições de contribuir para a estabilidade dos preços. Terão forçosamente de repassar seus aumentos de custos aos consumidores.

Verificar-se-á no país, certamente, outra vez uma estúpida transferência de rendas dos consumidores para os rentistas, consolidando definitivamente a vocação agiota de tão triste e recente lembrança. Ademais, a devassa não pára por aí. Os consumidores vendo os preços majorados por decorrência do gigantesco custoso dinheiro, como trabalhadores que são, pressionarão por reajustes salariais, iniciando-se uma forte espiral salários-preços.

Queremos levar nosso sincero e patriótico protesto contra a inflação do governo para com o escândalo dos juros extor-

sivos praticados no Brasil e hipotecar nosso apoio a medidas drásticas que visem a redução substancial das taxas de juros, ainda que sejam elas pela via do tabelamento.

No entanto, inovou-se com o Plano Cruzado, congelando genericamente tudo. Se a solução heterodoxa vale para os preços porque não valer para os juros? O argumento para o congelamento de preços era a inflação inercial, movida pela expectativa de repetição da inflação passada.

O próprio Ministro da Fazenda confessa que a taxa de juros reflete a expectativa de inflação. Então, há também uma "taxa de juros inercial" que precisa ser contida ainda que o instrumento seja indesejável tabelamento. Uma coisa, enfim, deve ficar clara: as atuais taxas de juros não podem continuar, até porque serão elas o coveiro do Plano Cruzado.

Por fim, reafirmamos nosso apoio às propostas já do conhecimento do governo a saber:

1º - Medidas imediatas para a redução da taxa de juros, ainda que seja o tabelamento.

2º - Implementação urgente de um plano de redução e financiamento do déficit público.

3º - Proibição urgente de pré-fixação dos juros em empréstimos superiores a 60 dias.

(N.doR. o documento é assinado por 13 entidades de classe da região de Londrina)



## ELETRO MARINGÁ

ADALBERTO VIEIRA & CIA. LTDA.

MATERIAIS ELÉTRICOS EM GERAL

MATRIZ: Rua Quintino Bocaiuva N.º 822 B - Fone: 23-0999 - CEP 86020 LONDRINA

FILIAL: Avenida Tiradentes N.º 858 - Telefone: 27-3000 - CEP 86080 - LONDRINA

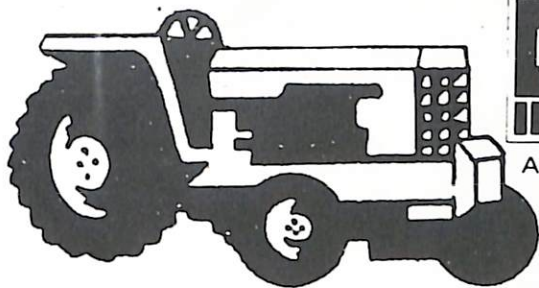
TRANSPORTADORA  
**INTERPREIS**

MATRIZ: Avenida Carneiro Leite, 828  
Fones: 24-4915 - 24-4914 - 24-7686  
MARINGÁ - PR

FILIAIS: São Paulo - Rua Cirno de Abreu, 514  
Tatuapé - Fone 295-3546  
Curitiba - Rua Anne Frank, 690  
Vila Hauer - Fone 278-2535  
Londrina - Rua João de Barro, 128  
Fone 23-9642  
Belo Horizonte - Rua Matilde Neves, 304  
Fone 333-1252

# SANTA CARMEM - Máquinas e Implementos Ltda.

CONCESSIONÁRIOS

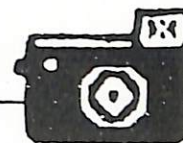


Avenida Brasil, 6003 - Cx. P. 1591 - Telex 264 - Fone: 24-1123  
 - MARINGÁ - Avenida Paraná, 1535 - Fone: 22-0146  
 - PARANAÍ - Paraná Rodovia BR 158, Km 09  
 - Fone: (0448) 23-4433 - CEP 87.300 - C. MOURÃO - Paraná



FOTO MARINGÁ

Reportagens Fotográficas de Casamentos, Batizados, Formaturas, Aniversários e Festas em cores, P & B ou Slides. Filmagens em Video Casete, Filmes Câmaras e Acessórios Fotográficos.



Revelação de filmes coloridos em 24 horas  
 com laboratório automático próprio.

FILIAL 3: Avenida Herval, 388 - Fone 22 2852 - Maringá - Pr.

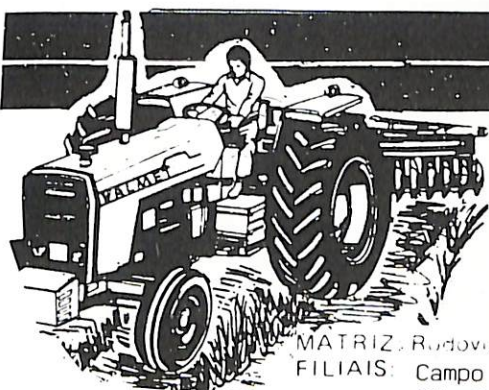


PARA O TRANSPORTE DE SUAS MERCADORIAS  
 UTILIZE NOSSOS SERVIÇOS

Filiais: São Paulo - fone: (011) 273-8411  
 Curitiba - (041) 246-6733  
 Londrina - (0432) 23-2170  
 Maringá - (0442) 22-3876  
 Campo Mourão - (0442) 23-1243

Matriz: Maringá - Paraná

EXPRESSO RODOVIÁRIO TAMOYO LTDA.  
 TRANSPORTE EM GERAL

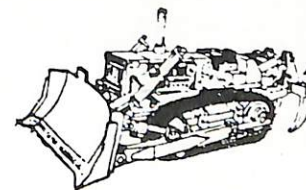


Valmet

Valmar Tratores e Máquinas Agrícolas Ltda.



SPERRY NEW HOLLAND



MATRIZ: Rodovia PR 13 - KM 5,5 - PABX 24 1821 - Maringá - PR

FILIAIS: Campo Mourão, Cianorte, Campina da Lagoa, Engenheiro Beltrão, Goio-Erê, Maringá, São Jorge e Ubiratã

Frigorífico Central Ltda.  
 Frigorífico Ituiutaba Ltda.  
 Frigorífico Central de Paranaíba Ltda.  
 Central Indústria e Comércio de Couros Ltda.  
 Central Transportes Rodoviários Ltda.  
 Organização Agropecuária Central Ltda.  
 Central Administração e Participação Ltda.



Frigorífico

Central

S/A

MATRIZ: Av. Itororó, 1.455  
 Telefone (PABX): 22-6622  
 Caixa Postal 973  
 Telex (0442) 141  
 MARINGÁ - PARANÁ

FILIAL: Rua Acarapé, 559  
 Telefone (DDD 011) 449-9198 e  
 449-9266  
 SANTO ANDRÉ - SÃO PAULO

# FRIGORÍFICO MARINGÁ



**Garantia de qualidade.**



Estrada Bom Sucesso, Km 02, telefone (0442) 22.4298, telex 442270, Maringá, Paraná